

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas

Textos para discussão
Diretoria de Pesquisas

número 54

Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas SEEI

O Projeto de Reformulação das Estatísticas Econômicas

Comitê de Governança das Estatísticas Econômicas

Rio de Janeiro
2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1518-675X **Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 978-85-240-4331-4

© IBGE. 2014

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2014.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

O Projeto de reformulação das estatísticas econômicas / IBGE, Comitê de Governança das Estatísticas Econômicas. - Rio de Janeiro : IBGE, 2014.
p.88 - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 54)

Acima do título: Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas - SEEI.
ISBN 978-85-240-4331-4

1. Sistema estatístico - Organização. 2. Brasil - Estatística - Organização. 3. Economia - Métodos estatísticos. 4. Serviços de estatística. I. IBGE. Comitê de Governança das Estatísticas Econômicas. II. Título: Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas - SEEI. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU
311.3(81)
RJ/IBGE/2014-24 EST

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Sumário	3
Apresentação	7
Introdução	9
Recomendações Internacionais sobre Estatísticas Econômicas Integradas	13
O Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas no Brasil	16
A concepção geral do SEEI no Brasil	16
Objetivos, diretrizes, marcos estruturantes e metas do SEEI no Brasil.....	22
Objetivos do SEEI no Brasil.....	22
Diretrizes e marcos estruturantes do SEEI no Brasil	23
Metas para o SEEI no Brasil.....	25
O Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas no IBGE – temas e estado da arte	27
Abordagem temática do SEEI no IBGE	27
Estado da arte do SEEI no IBGE – frentes de trabalho estabelecidas.....	29
Proposta de Reformulação das Estatísticas Econômicas Estruturais no IBGE	51
Considerações sobre a estruturação dos processos das áreas das estatísticas econômicas do IBGE	57
Observações finais	61
Referências bibliográficas	63
ANEXOS	65
Anexo 1	67
Comitê de Governança das Estatísticas Econômicas - CGEE.....	67
Anexo 2	69
Reformulação das Estatísticas Econômicas Estruturais - Variáveis que integram o questionário completo	69
Anexo 3	79
Experiências internacionais - modelos de estatísticas econômicas estruturais do EUROSTAT e países selecionados.....	79
Anexo 4	83
Acessos a Registros Administrativos – experiências internacionais	83

Acrônimos

ABS	Australian Bureau of Statistics
BDI	Banco de Dados Integrado
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBS	Cadastro Básico de Seleção
CEE	Comitê de Estatísticas Econômicas
CEEC	Coordenação de Estatísticas Econômicas e Classificações
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas
CETAC	Centro de Entrevistas Assistidas por Computador
CGEE	Comitê de Governança das Estatísticas Econômicas
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
CNE	Cadastro Nacional de Empresas da Secretaria da Micro e Pequena Empresa
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
COIND	Coordenação de Indústria
COMAQ	Coordenação de Métodos e Qualidade
CONAC	Coordenação de Contas Nacionais
COSEC	Coordenação de Serviços e Comércio
CPA	Classificação Estatística de Produtos por Atividade da União Europeia
CPC	Classificação Central de Produtos
CST	Conta Satélite de Turismo
DENU	Divisão de Estatísticas das Nações Unidas
DPE	Diretoria de Pesquisas
EAD	Ensino a Distância
EUROSTAT	Escritório de Estatística da União Europeia
FAC	Folha de Atualização Cadastral
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
GCC	Gerência do Cadastro Central de Empresas
GPO	Gerência de Planejamento e Orçamento da DPE
IATUR	Índice de Atividade de Turismo

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPP	Índice de Preços ao Produtor
MEI	Micro Empreendedor Individual
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Pesquisa Anual de Comércio
PAIC	Pesquisa Anual da Indústria de Construção
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PIA	Pesquisa Anual de Indústria
PIMES	Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PINTEC	Pesquisa de Inovação
PMC	Pesquisa Mensal de Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PSH	Pesquisa de Serviços de Hospedagem
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
SEE	Sistema de Estatísticas Econômicas
SEEA	System of Integrated Environmental Accounts
SEEI	Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SIPEA	Sistema Integrado de Pesquisas Econômicas Anuais
SNA	System of National Accounts
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias
SPE	Sociedades de Propósito Específico
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UE	Unidade Estadual
UL	Unidade Local

Apresentação

O presente texto aborda a consolidação e a reformulação do Sistema de Estatísticas Econômicas (SEE) do Brasil que, entendido como o conjunto de processos que responde pelas estatísticas econômicas do País, é composto por diversos produtores de informações e estatísticas econômicas, inclusive o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este sistema recebe demandas crescentes para a produção de novas informações ou diferentes formas de apresentação daquelas existentes, o que se torna mais complexo diante do cenário em que os recursos humanos, financeiros e logísticos não estão disponíveis nem avançam na mesma intensidade da solicitação por novos dados.

Em paralelo, diversos órgãos públicos passaram a constituir registros administrativos com cobertura exhaustiva e de qualidade, cabendo destaque para o alto potencial dos dados administrativos para compor as estatísticas econômicas do País. No entanto, essa evolução quantitativa e qualitativa dos registros é um dos elementos que torna cada vez mais difícil, especialmente no caso das estatísticas econômicas, a obtenção de dados junto aos informantes das pesquisas os quais, com razão, questionam o fato de prestarem a mesma informação a diferentes instituições públicas.

A conjugação desses fatores - demandas diversas, recursos limitados, melhores registros administrativos e necessidade de racionalização da carga das empresas no preenchimento de formulários para organizações governamentais impulsionou o IBGE à reformulação do SEE e, em 2012, a estabelecer o Comitê de Governança das Estatísticas Econômicas (CGEE) no âmbito da Diretoria de Pesquisas (DPE), com o objetivo de atualizar as diretrizes para essa reformulação, em curso desde abril de 2009, com foco nas estatísticas produzidas pelo IBGE.

Pretende-se, aqui, explicitar o desafio de expandir o atual SEE, ancorado em sólidas recomendações internacionais, compondo um novo sistema apoiado na lógica de integração institucional, conceitual e operacional das diversas fontes de dados - censos, pesquisas por amostragem, e registros administrativos e do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e demais estatísticas macroeconômicas. O propósito é estabelecer o Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas (SEEI), um modelo mais eficiente que permita ampliar a produção ou compilação de informações e ofereça aos usuários maiores possibilidades para a compreensão das inter-relações dos fenômenos econômicos.

A expectativa é que o presente documento seja a base para a discussão do projeto internamente ao IBGE, assim como, para o debate com usuários e outros produtores.

Roberto Luis Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

As transformações econômicas, sociais e ambientais que se intensificaram a partir da década de 1990 têm impulsionado as demandas por novas informações e aumentado as expectativas da sociedade e dos governos por estatísticas econômicas mais abrangentes e coerentes que permitam, com compreensão mais adequada da realidade, atuar sobre esse cenário de intensas modificações. Além disso, atividades econômicas são inter-relacionadas, levando os usuários a demandarem estatísticas que possibilitarão estabelecer vínculos entre eventos observados nos vários segmentos da economia, visando à definição e ao aprimoramento das políticas econômicas, à disponibilização de indicadores para a escolha das estratégias de negócios e ao suporte mais qualificado para as expectativas das famílias e agentes econômicos em geral.

Nesse contexto, ressalta a concepção de integração das estatísticas econômicas, que diz respeito à harmonização¹ de conceitos, definições, classificações e métodos de estimação e à reconciliação estatística de dados obtidos a partir de diversas fontes – censos, pesquisas por amostragem e registros administrativos e de contas e indicadores macroeconômicos, o que inclui o Sistema de Contas Nacionais (SCN). Assim, as necessidades dos usuários são a motivação central para o desenvolvimento de estatísticas econômicas integradas, uma vez que o caminho da integração possibilita ampliar o leque de informações ofertadas, com a inserção de ganhos em eficiência.

O aqui denominado Sistema de Estatísticas Econômicas (SEE) do Brasil responde pela produção de informações econômicas e é composto por diversos produtores oficiais de estatísticas econômicas: Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo IBGE, que se destaca pela amplitude temática de sua produção e por sua atribuição de coordenador do Sistema Estatístico Nacional (SEN). O objetivo da discussão aqui apresentada é a transformação do denominado SEE, a partir da estruturação de um Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas - SEEI no País, envolvendo os diversos produtores de informações oficiais de alcance nacional, com destaque particular para as ações pertinentes ao IBGE. Para tanto, são apresentados os propósitos, as diretrizes e os marcos estruturantes do SEEI, definidos de tal modo que a qualificação das estatísticas como integradas ganhe destaque e adesões, ultrapassando os limites das informações produzidas pelo IBGE.

¹ Entende-se por harmonização o processo de conciliação, ou o estabelecimento de correspondências, entre conceitos, definições, classificações e processos de produção de forma que as estatísticas produzidas sejam consistentes e propiciem análises coerentes dos resultados.

O Plano Estratégico do IBGE 2012-2015 apresenta os objetivos e ações relacionados a várias dimensões aqui abordadas. Assim, as propostas e informes apresentados neste documento se constituem em parte do esforço para viabilização de estratégias estabelecidas, tanto no que se refere a assegurar processos adequados de documentação, planejamento e execução, como para servir de base aos debates que irão consolidar e aprimorar o projeto de reformulação.

Retomando as motivações para a construção do SEEI, cabe citar que o cenário atual apresenta dificuldades e oportunidades que precisam ser consideradas, sendo marcado por quatro aspectos: restrições orçamentárias crescentes, redução dos recursos humanos, ampliação da disponibilidade de registros administrativos de qualidade, e o momento de implantação da nova série do SCN base em 2010, que incorpora as novas recomendações internacionais estabelecidas no Manual do Sistema de Contas Nacionais de 2008 – SNA 2008.²

Do ponto de vista das dificuldades ou ameaças com as quais se deve lidar, destaca-se o fato de que recursos humanos, orçamentários e logísticos não se disponibilizam na mesma intensidade em que surgem as demandas. Ademais, é crescente a reação negativa das empresas que prestam informações, pois são contatadas por diversas organizações governamentais que buscam informações similares, mas adotando abordagens e/ou formulários diferentes³. Estas limitações impõem o uso mais eficiente dos recursos e do tempo das empresas, aspectos que são mais facilmente contemplados num sistema de produção de informações econômicas integrado.

A análise das oportunidades aponta o fato de que diversos órgãos públicos passaram a constituir bases de dados de registros administrativos com cobertura exaustiva e de qualidade, o que é reforçado com o avanço da tecnologia de informação e comunicação, que possibilita a harmonização, integração e troca de bases de dados com facilidade crescente.

Além disso, do ponto de vista do marco conceitual associado às estatísticas econômicas, é oportuno compor com o atual movimento existente na comunidade estatística internacional em direção a implantar a lógica da integração nas diversas produções de dados econômicos ao padrão e necessidades de dados do SCN; ao estabelecimento de arranjos institucionais de diversas naturezas; e à produção harmonizada de informações, quer a partir de pesquisas, quer a partir de registros administrativos. Esse movimento propicia debates qualificados e sinergias importantes em direção à modernização das

² Para maiores detalhes ver as notas metodológicas referentes à mudança de base no SCN, disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN_2010.shtm

³ Deve-se mencionar ainda que muitos desses formulários estão informatizados, mas deveriam também estar integrados aos sistemas de gestão ou sistemas contábeis das empresas informantes, permitindo inclusive a exportação de dados.

estatísticas econômicas, tanto no que diz respeito a assegurar qualidade aos dados nacionais, quanto à comparabilidade internacional, importante no contexto de globalização e, mais ainda, no ambiente de definição dos objetivos pós-2015 para o progresso, em que a dimensão econômica é destacada, aliada às dimensões social e ambiental.

A combinação dos fatores mencionados impulsionou e ratificou para o IBGE a importância da reformulação do seu programa de produção de estatísticas econômicas, tendo por base uma concepção integrada, ou seja, em direção, também, à estruturação do SEEI. A partir de 2009, o IBGE iniciou discussões e buscou consultoria técnica do *Australian Bureau of Statistics* - (ABS), com vistas à reformulação de suas estatísticas econômicas. Identificou frentes de trabalho sobre as quais deveria investir e iniciou discussão sobre a estrutura organizacional do IBGE vis à vis o novo sistema. Nessa etapa do projeto definiu-se, por exemplo, a harmonização das pesquisas estruturais econômicas, com a adoção de conceitos, classificações e processos de produção padronizados, culminando com o desenho de um questionário unificado. O planejamento desse segmento da reformulação se encontra bastante avançado, e é objeto de seção específica.

A criação, em 2012, do Comitê de Governança das Estatísticas Econômicas (CGEE)⁴ foi motivada pela necessidade de se retomar e fortalecer a visão integrada do projeto de reformulação das estatísticas econômicas, repensando a estrutura organizacional, impulsionando a aproximação com o SCN, entre outros aspectos. Evidentemente, levou-se em conta todo o desenvolvimento realizado e reflexão existente até a data de constituição desse grupo de governança. Nesse processo, observou-se a necessidade de delimitar a reformulação para a qual se pretendia caminhar a partir do entendimento entre os participantes do Comitê. As principais questões que se queria delimitar eram: aonde se pretende chegar com essa reformulação? Qual o desenho de um SEEI que se pretende implantar? Dentre as muitas linhas de trabalho identificadas, quais seriam as prioritárias ou factíveis? Como avançar na interação com outros produtores, usuários e informantes? Esses aspectos são aqui abordados.

O presente texto discute, então, o desafio de compor o novo SEEI, apresentando recomendações e experiências internacionais associadas, detalhando os objetivos e as diretrizes de construção do sistema proposto. Destacam-se como elementos estruturantes de toda reflexão aqui abordada o Sistema de Contas Nacionais – SCN, o requerido avanço

⁴ *Integram o Comitê Roberto Olinto Ramos, Zélia Bianchini, Bruno Erbisti Garcia, Carlos Sobral, Flávio Magheli, Marcia Quintslr, Maria Luiza Zacharias, Priscila Koeller, Sidnéia Reis Cardoso (até 2012), Sonia Albieri, Vânia Prata (ver Anexo 1).*

na integração e utilização das informações obtidas dos censos, pesquisas e registros administrativos, a necessária articulação interinstitucional e com usuários.

Espera-se que este documento instrumentalize eficientemente as discussões internas ao IBGE sobre a condução do projeto de reformulação, bem como dê suporte à discussão com usuários e demais produtores, de tal forma que o desenho final do projeto de reformulação das estatísticas econômicas esteja alinhado com as necessidades da sociedade por estatísticas econômicas definidas e levantadas de forma eficiente e integrada. É expectativa também que esse debate ampliado permita avançar na definição de acordos institucionais de cooperação e na coordenação e organização dos processos requeridos para a construção, passo a passo, do SEEI no Brasil.

Recomendações Internacionais sobre Estatísticas Econômicas Integradas

Grande parte das diretrizes gerais identificadas no âmbito do CGEE foi confirmada ou inspirada nas reflexões e recomendações produzidas pelo grupo *Friends of the Chair (FoC) for Integrated Economic Statistics*, criado em 2008 por ocasião da 39ª Sessão da Comissão de Estatística da ONU⁵. O objetivo principal do grupo era definir diretrizes para a integração das estatísticas econômicas, atendendo à necessidade de reformulação dessas estatísticas dadas as seguintes motivações:

- ✓ Demanda crescente por informações econômicas precisas, consistentes, tempestivas;
- ✓ Ampliação da comparabilidade nacional e internacional entre as estatísticas geradas a partir de censos, pesquisas por amostragem, registros administrativos e indicadores macroeconômicos;
- ✓ Necessidade de esclarecer e minimizar diferenças metodológicas que possam produzir impactos sobre a interpretação de diferentes indicadores econômicos;
- ✓ Necessidade de consistência entre os indicadores de curto e longo prazo;
- ✓ Racionalização do processo de produção de informações, com foco especial na redução da carga dos informantes no preenchimento de dados para atender a instituições governamentais.

Como resultado dos trabalhos do grupo FoC, foi aprovado, na 43ª Sessão da Comissão de Estatística da ONU em 2012, e publicado em 2013, pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (DENU), manual⁶ que contém diretrizes para a integração das estatísticas econômicas que abordam:

- ✓ Questões conceituais relacionadas a estas estatísticas;
- ✓ Promoção de cultura de gestão e de arranjos institucionais possíveis que viabilizem esse processo de integração. O manual considera tanto os sistemas de produção de estatísticas centralizados como os descentralizados e países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico e estatístico;

⁵ O documento preparado para apoiar as deliberações 39ª Sessão da Comissão sobre as estatísticas econômicas integradas é encontrado em: <http://unstats.un.org/unsd/statcom/doc08/2008-6-IntegratedEcoStats-E.pdf>

⁶ United Nations (2013), *Guidelines on Integrated Economic Statistics*, Department of Economic and Social Affairs, *Studies in Methods, Series F*, New York.

- ✓ Processo de produção de estatísticas integradas quer por meio de pesquisas, quer por meio de registros administrativos.
- ✓ As diretrizes apresentadas devem servir como base para o desenvolvimento das estatísticas econômicas e como facilitadoras da implantação das novas recomendações para o SCN apresentadas no manual de 2008 (System of National Accounts, SNA 2008).

Estas diretrizes podem ser assim sintetizadas:

- ✓ Atender a novas demandas por informações e por seu uso integrado;
- ✓ Consolidar a cultura de gestão para a integração das estatísticas econômicas, na coordenação das estatísticas e junto aos diversos produtores;
- ✓ Estabelecer como marco estruturante o SCN;
- ✓ Intensificar e institucionalizar o uso de registros administrativos, de forma a otimizar a utilização de recursos públicos e reduzir a sobrecarga ao informante, harmonizando-os entre si e com as pesquisas, segundo padrões conceituais pertinentes;
- ✓ Ampliar a consistência entre as estatísticas obtidas a partir de censos, pesquisas por amostragem ou registros administrativos, inclusive entre as de curto e longo prazo, assegurando o estabelecimento de padrões e métodos direcionados à harmonização de conceitos, definições, classificações e métodos em geral, em acordo com recomendações internacionais estabelecidas, e a consistência das informações e resultados;
- ✓ Definir marcos legais, ações estratégicas e de coordenação para assegurar a produção regular de informações econômicas integradas, coerentes com as necessidades dos usuários.

Entende-se como marcos legais toda a legislação pertinente à produção e à coordenação de estatísticas oficiais e que, em geral, define: programas de produção de estatísticas e respectivos responsáveis; mandato de coordenação de um órgão em relação a outros produtores ou provedores de dados; papel de assessoria em matéria de estatística aos diversos órgãos governamentais; mandato para a coleta de dados, obrigatória para uso estatístico e sob sigilo; adoção de padrões conceituais, definições e classificações para a coleta, compilação e disseminação de estatísticas oficiais. No contexto de interesse da organização dos SEEI, destacam-se normas e padrões estabelecidos que embasem a disponibilização de registros administrativos, inclusive individualizados e identificados, ao Instituto Nacional de Estatística (INE)⁷ para a produção de estatísticas – em particular, neste

⁷ No Brasil, corresponde ao IBGE.

projeto, há interesse específico nos registros que podem ser utilizados para a produção de estatísticas econômicas.

No manual são, também, pontuados fatores que condicionam o avanço em direção à cultura de gestão para a integração das estatísticas econômicas, tais como: aspectos legais, organizacionais (especialmente os ajustes de estrutura dos processos de trabalho nos INE), de boas práticas, de planejamento estratégico e de coordenação das iniciativas dos diversos produtores e provedores de informações. A esses últimos tópicos são associados arranjos institucionais de diversos tipos, visando à interação com os integrantes e beneficiários do sistema. São recomendados ações e fóruns, como os que seguem: estabelecimento e adoção de código de boas práticas estatísticas, consideradas fundamentais para a credibilidade e sustentação da construção dos compromissos com a integração; espaço institucionalizado para contato entre gestores de alto nível hierárquico, com vistas à definição de diretrizes e ao compromisso institucional com os desdobramentos decorrentes; comissões consultivas para o desenho geral do sistema ou para estabelecimento de padrões metodológicos; reuniões regulares com usuários; memorandos de entendimento; protocolos de prestação de serviços, além de grupos de trabalho interinstitucionais.

O Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas no Brasil

O entendimento entre produtores e usuários sobre o sistema de informações que se requer deve ser parte dos novos caminhos para a construção do SEEI no Brasil. A presente seção aborda, com o apoio de esquemas gráficos, a concepção geral proposta para o SEEI, tanto do ponto de vista do fluxo de dados, quanto da abordagem temática. Em sequência, diretrizes e objetivos propostos para o Sistema são descritos.

A concepção geral do SEEI no Brasil

O fluxo de dados do sistema de estatísticas econômicas deve, então, evoluir do modelo atual, representado na figura 1, para um modelo em que as fontes para a constituição das estatísticas econômicas poderão ser tanto as pesquisas econômicas, quanto os registros administrativos, atribuindo-se a essas fontes o mesmo grau de importância na configuração do sistema, conforme a figura 2 que segue.

Figura 1: Fluxo do Sistema de Estatísticas Econômicas – modelo atual

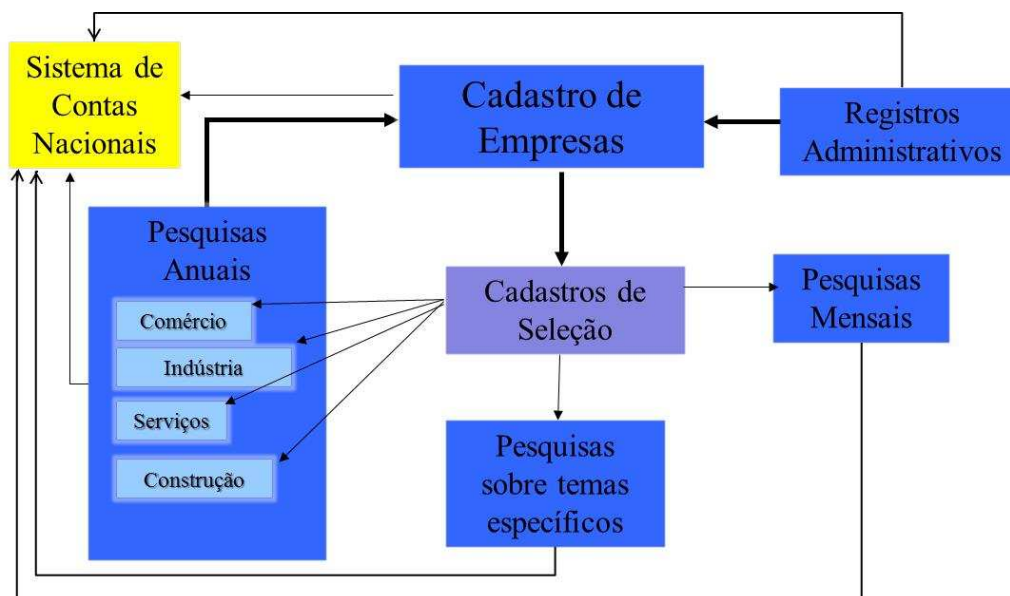
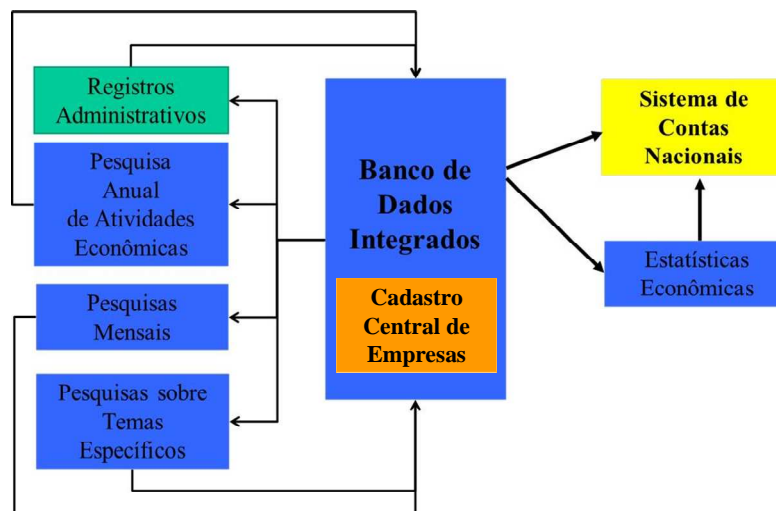


Figura 2: Fluxo do Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas – modelo proposto



A alteração proposta não é sutil, pois representa modificação profunda no relacionamento entre instituições produtoras de censos, pesquisas e registros administrativos, que ganham relevância enquanto fonte estatística, e no processo de trabalho das equipes econômicas do IBGE. Neste modelo, o Cadastro Central de Empresas – CEMPRE é complementado, coexistindo, com conceito mais amplo para armazenamento e documentação das informações, o de Banco de Dados Integrados (BDI), onde todas as informações estariam armazenadas segundo a perspectiva de integração, ou seja, estariam harmonizados padrões e métodos, o que inclui conceitos, classificações e todas as demais referências metodológicas das pesquisas e registros administrativos utilizados. Cabe destacar que o CEMPRE é crucial à implantação dos SEEI também porque as estratégias em direção ao fortalecimento do cadastro (quando pré-existente, como no caso do IBGE) são pré-requisitos básicos à implantação do BDI. Por outro lado, uma vez implantado o BDI, o CEMPRE passa a ser componente essencial do Banco.

Com o BDI implantado, será possível às equipes da área econômica construir as estatísticas integradas de longo (estruturais) e de curto prazo (conjunturais) a partir de diversas fontes de informações.⁸ Segundo o manual da DENU, os BDI, ao incluírem dados e metadados (que descrevem características metodológicas dos dados, assim como compromissos institucionais do seu produtor), são fundamentais para o aprimoramento das formas de disseminação e comunicação referentes às estatísticas econômicas no âmbito dos SEEI, oferecendo sinalização positiva junto a usuários em geral, sobre maior facilidade de acesso às informações e a transparência dos SEEI.

⁸ Atualmente, o Registro de Empresas do IBGE, o CEMPRE, atende a pesquisas e estudos das áreas social e econômica, inclusive preços e agropecuária. Ao ser adotada a concepção de Banco de Dados Integrados, o atendimento às diversas áreas será aprofundado, tornando-se mais abrangente e efetivo.

Quanto ao Registro de Empresas (tradução livre do inglês, *Business registers*) ou, no caso brasileiro, Cadastro Central de Empresas, exerce papel crucial na viabilização operacional dos SEEI, cabendo destacar que a partir deles são gerados os cadastros de seleção das pesquisas amostrais, constituindo-se em elementos fundamentais de controle de duplicidade de listas de empresas e estabelecimentos, além de zelarem pela homogeneidade ou compatibilidade de conceitos entre as diversas fontes de dados que integram o SEEI. O manual do Escritório de Estatística da União Europeia – EUROSTAT sobre Registros de Empresas⁹ aponta a importância da construção e manutenção do Cadastro Central de Empresas (nomenclatura adotada no Brasil) para a viabilidade dos sistemas estatísticos, especialmente num contexto em que o uso estatístico de registros administrativos é altamente recomendado, caso da construção do SEEI.

A transformação de registros administrativos em estatísticas, nivelando-os em importância a censos e pesquisas por amostragem enquanto fontes de dados econômicos, exige um esforço não trivial de harmonização de conceitos, classificações e métodos com outros tipos de bases de dados – censos, pesquisas - e entre registros administrativos de diferentes instituições, além do estabelecimento de processos de crítica e imputação, idealmente padronizados, para os quais existem recomendações internacionais consolidadas. No campo das classificações, a Comissão Nacional de Classificações-CONCLA oferece um exemplo do exercício de acordos sobre a adoção e manutenção das classificações entre diversas organizações públicas.

As razões para o crescente interesse no uso estatístico de registros administrativos podem ser assim resumidas:

- ✓ Os INE buscam atender a demandas mais precisas e detalhadas por estatísticas;
- ✓ Os INE são pressionados para reduzir seus custos de coleta e para racionalizar a excessiva solicitação de dados aos informantes, principalmente, às empresas, que recebem demandas para preenchimento de formulários similares por parte de vários órgãos governamentais;
- ✓ A participação de micro, pequenas e médias empresas, cada vez mais numerosas e com estruturas menos complexas que as grandes empresas, favorece a utilização direta de informações obtidas a partir dos registros administrativos, especialmente os tributários;
- ✓ Os avanços recentes da tecnologia de informação têm facilitado sobremaneira o processamento de grandes arquivos de dados, típicos dos

⁹ EUROSTAT (2010). *Business registers - Recommendations manual. Methodologies and working papers*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

registros administrativos, criando novas possibilidades de interligação entre diferentes bases de dados estatísticos e administrativos.

Assim, cabe reforçar a necessária inserção estratégica do IBGE nas discussões com órgãos gestores de registros administrativos, de modo a estabelecer a cessão dos registros individualizados e identificados com continuidade, periodicidade e prazos definidos, assim como propiciar a padronização de aspectos metodológicos pertinentes entre registros e pesquisas. A Presidência do IBGE está discutindo projeto nesse sentido com a Assessoria Especial para Modernização da Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É forte a conexão da importância crescente do CEMPRE e dos BDI com as orientações internacionais referentes à utilização de registros administrativos para substituição ou complementação de pesquisas econômicas de forma a compor as estatísticas básicas. Além dessas recomendações internacionais expressas, no IBGE, o CGEE considerou experiências internacionais na utilização dos registros administrativos para estabelecer diretriz de avanço nessa direção, de modo a tornar efetivo o processo de integração das estatísticas econômicas no Brasil.

Foi possível identificar que a maioria dos INE, se não todos, faz algum uso de registros administrativos. Alguns países fazem uso contínuo e extensivo de dados de diversas naturezas, tanto aqueles econômicos, como sociais, como é o caso da Finlândia, onde 96% dos resultados estatísticos produzidos pelo INE vêm de fontes administrativas. Também, os principais organismos internacionais que regulam e normatizam a produção de estatísticas pelos institutos oficiais, como o EUROSTAT e a DENU, por exemplo, encorajam a utilização intensiva de registros administrativos para fins estatísticos, fomentando o debate institucional e a discussão de métodos e protocolos para sua implementação por meio de diversos congressos e encontros internacionais, desde 1997.

Por fim, intensificar a adoção de registros administrativos na produção de estatísticas coloca a implantação do SEEI em linha com o princípio da Eficiência contido nos “Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais”, recomendados e difundidos pelas Nações Unidas¹⁰ e adotado pelo IBGE, que reconhece o potencial uso dos dados administrativos, recomendando sua utilização na produção de estatísticas:

“Dados para fins estatísticos podem ser extraídos de todos os tipos de fontes, sejam pesquisas estatísticas ou registros administrativos. Institutos de estatística devem escolher a fonte levando em consideração qualidade, oportunidade, custos e a carga de resposta sobre os informantes”.

¹⁰ UN, *Fundamental Principles of Official Statistics*, <http://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>

Uma descrição mais completa de experiências internacionais é apresentada, no Anexo 4, resumindo caminhos adotados por alguns países e apontando os avanços que esse tipo de arranjo institucional propicia.

Os ganhos advindos desse processo, que será complexo, mais do que compensarão o esforço que deverá ser empreendido, porque além de desonerar os informantes, permitirá às equipes da área econômica aperfeiçoar as atuais pesquisas e atender às novas demandas. Permitirá, também, racionalizar o uso dos recursos e sistemas da administração pública na medida em que se reduzirá o número de canais, sistemas e recursos dedicados ao levantamento da mesma informação junto às empresas.

Além de reconhecer a necessária revisão do fluxo de produção e intercâmbio de dados econômicos para o desenho do SEEI no Brasil, no âmbito do CGEE, foi discutida e aprovada, também, uma proposta preliminar de esquema temático para representar o SEEI no País. Este primeiro desenho, construído para debate, procurou sinalizar os temas de forma exaustiva, porém, não detalhada, incluindo aqueles sobre os quais há produção de estatísticas oficiais, classificando-as segundo a condição de serem produzidas pelo IBGE ou não. São contemplados, também, aqueles novos tópicos que têm sido frequentemente demandados ao IBGE pela Sociedade. Outro critério adotado para listar os temas foi a identificação dos principais temas, para a constituição do Sistema de Contas Nacionais. Não houve a preocupação em distinguir se são temas abordados a partir de estatísticas primárias ou estatísticas derivadas.

Na discussão do esquema temático foram identificados os seguintes temas para a produção de estatísticas¹¹:

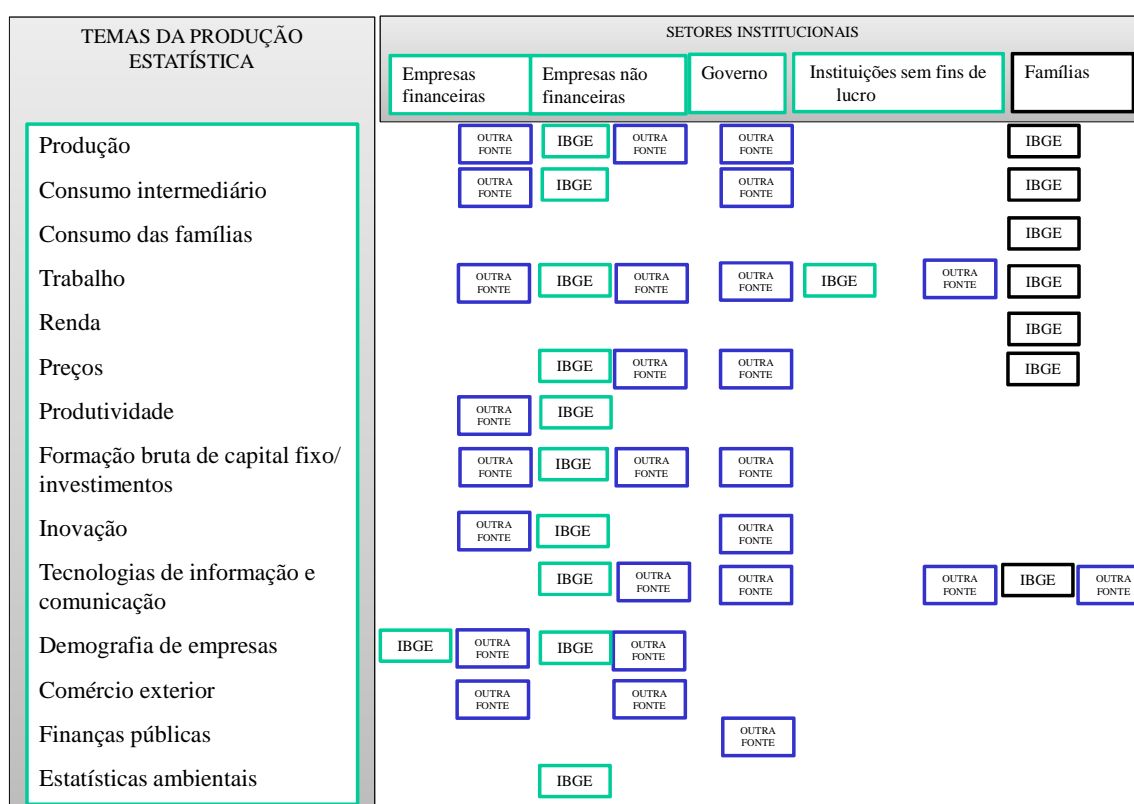
- ✓ Produção
- ✓ Consumo intermediário
- ✓ Consumo das famílias
- ✓ Trabalho
- ✓ Renda
- ✓ Preços
- ✓ Produtividade
- ✓ Formação bruta de capital fixo/ investimentos
- ✓ Estoques
- ✓ Inovação
- ✓ Tecnologias de informação e comunicação

¹¹ No Manual da DENU sobre integração de estatísticas econômicas é utilizada como referência para a definição de temas a classificação de atividades estatísticas da UNECE. Está em curso no IBGE a elaboração de classificação de atividades estatísticas adaptada à realidade brasileira, que será adotada para efeito do quadro temático do SEEI.

- ✓ Demografia de empresas
- ✓ Comércio exterior
- ✓ Finanças públicas
- ✓ Estatísticas Monetárias e Fiscais
- ✓ Estatísticas ambientais

O quadro a seguir sintetiza a complexidade temática do SEEI, identificando se o produtor da informação é o IBGE ou se a informação é produzida por outras instituições.

Quadro 1: DIAGRAMA TEMÁTICO DO SISTEMA DE ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS INTEGRADO NO BRASIL



Importante ressaltar ainda que este sistema precisa dar informações para as atividades econômicas existentes no país, considerando os diversos cortes possíveis da informação, como o temporal (curto e longo prazos) ou o geográfico (Brasil, estados e municípios), que permitam atender às necessidades da sociedade e do Estado.

Para definir o desenho final do sistema, se propõe avançar no detalhamento dessa representação gráfica, retratando, para cada setor institucional, atividades que lhe correspondem. Mais ainda, caberá, para cada atividade, identificar principais tópicos ou variáveis pertinentes a cada tema e definir indicadores correspondentes, gerando para cada

um deles informações tais como: definição, interpretação, propósito, vantagens e desvantagens e limitações, abrangência geográfica e periodicidade. Para tanto, além dos especialistas do IBGE, espera-se contar com usuários e outros produtores das informações.

A elaboração do desenho temático completo do SEEI fará parte da etapa de construção básica do desenho e definição de estratégias de viabilização do Sistema.

Objetivos, diretrizes, marcos estruturantes e metas do SEEI no Brasil

Aonde se espera chegar? A busca de resposta a essa pergunta equivalia a identificar ou ratificar o objetivo central para a reformulação e foi o ponto de partida dos trabalhos do CGEE. Num primeiro momento, ainda bastante influenciado pelo desenvolvimento do projeto até 2011, foi estabelecido texto para descrever esse objetivo, segundo a formulação que se segue e que corresponde ao Objetivo Estratégico 03.10, do Plano Estratégico 2012-2015 do IBGE: ‘ Avançar na integração da produção das estatísticas econômicas, ampliando a abrangência do sistema e incluindo a revisão do processo de produção ’.

Objetivos do SEEI no Brasil

Desde o momento da formulação anterior, cerca de dois anos de reflexões, avaliações e realizações relacionadas ao projeto evidenciaram os fatores motivadores abaixo:

- ✓ Atender a demandas por informações econômicas integradas;
- ✓ Avançar na eficiência e harmonização da produção de estatísticas econômicas integradas (produzidas a partir de pesquisas ou registros administrativos);
- ✓ Avançar na eficiência dos processos associados à realização e utilização dos resultados das pesquisas e ao levantamento, acesso e uso das estatísticas obtidas a partir de registros administrativos;
- ✓ Viabilizar os arranjos institucionais pertinentes ao desenho da produção, análise e uso das estatísticas econômicas integradas.

Tais fatores sintetizados resultam em redação atualizada do objetivo geral do projeto, conforme segue:

‘ Atender demandas e avançar na eficiência e harmonização da produção de estatísticas econômicas integradas no País e nos arranjos institucionais requeridos ’.

Diretrizes e marcos estruturantes do SEEI no Brasil

Neste projeto de revisão estão considerados como diretrizes e marcos estruturantes do sistema:

- ✓ Estrutura dos quadros do SCN¹²;
- ✓ Recomendações do SNA 2008;
- ✓ Recomendações internacionais relativas à produção de estatísticas econômicas, tanto sob o ponto de vista da cobertura temática exaustiva, quanto da coerência metodológica da produção das informações, de modo a assegurar consistência entre resultados observados a partir das diversas fontes, em curto ou longo prazo;
- ✓ Integração com as demais estatísticas macroeconômicas;
- ✓ Recomendações quanto ao processo de produção de estatísticas, que deve ser orientado por uma visão integradora de conceitos, classificações, sistemas, bases de dados, procedimentos de coleta e apuração harmonizada;
- ✓ Atenção com a sobrecarga dos informantes, em alguns casos, interpelados mais de uma vez pelo IBGE, devido à importância econômica das empresas, e, em todos os casos, solicitados a prestar informações similares a diversas instituições governamentais;
- ✓ Avanço nos arranjos institucionais com vistas à estruturação do SEEI, com destaque para aqueles referentes à utilização de registros administrativos para a produção de estatísticas, dimensão que é bastante consolidada na experiência internacional, porém, incipiente no caso brasileiro;
- ✓ Ampliar a concepção (escopo e escala) do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) em direção às recomendações internacionais sobre Registros de Empresas (mais uma vez tradução livre), sobre as quais é exemplar o manual do EUROSTAT;
- ✓ Construir e gerenciar o Banco de Dados Integrados.

Cabe destacar a oportunidade da existência do manual sobre estatísticas econômicas integradas, revelando que as questões que surgiram no IBGE e que suscitaram o estabelecimento do projeto de revisão do processo de produção e do programa das

¹² Um SCN pode ser visto através de dois conjuntos de quadros que representam a economia a partir de unidades diferentes: as Tabelas de Recursos e Usos, que são construídas a partir de um corte na economia considerando atividades econômicas e produtos; as Contas Econômicas Integradas, que têm como referência os chamados setores institucionais (empresas financeiras e não financeiras, famílias, governo e instituições privadas sem fins de lucro a serviço das famílias). Para maiores detalhes ver Notas metodológicas sobre SCN 2010, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN_2010.shtm

estatísticas econômicas são compartilhadas pela comunidade estatística internacional, o que oferece, a partir do acompanhamento da evolução dessas reflexões globais, um vasto campo de apoio às decisões que venham a se configurar para o caso brasileiro.

Como elementos principais de convergência entre o projeto de revisão e as recomendações internacionais, destacam-se: a necessidade de harmonização e integração dos processos de trabalho e a construção de arranjos institucionais com vistas à utilização de registros administrativos, para a elaboração de estatísticas econômicas.

Como principal diferença, destaca-se que, em um primeiro momento, o âmbito considerado para as estatísticas econômicas no projeto de revisão é mais restrito que aquele estabelecido no manual de referência citado, já que não estão sendo consideradas as estatísticas de preço e de agropecuária. A rigor, o domínio das estatísticas econômicas inclui: estatísticas estruturais anuais e conjunturais sobre a indústria, comércio e serviços, estruturais de inovação, tecnologias de informação e comunicação, margem de comércio e transportes, consumo intermediário, conjunturais e estruturais da agropecuária e de preços (consumidor e produtor). Além disso, estão contempladas as estatísticas especiais como, por exemplo, hospedagem e turismo.

A exclusão das estatísticas de preços e agrícolas dessa etapa do debate segue a tradição do IBGE no tema e se deu por uma questão de operacionalização da implementação da revisão que já se encontrava em andamento.

As estatísticas de agropecuária, além de darem conta de importante segmento da produção econômica, apresentam sinergias importantes com os processos aqui discutidos, tanto no que se refere à investigação junto ao produtor agrícola empresarial, quanto a variáveis investigadas e aos processos de apuração, análise e divulgação dos dados de produção. Sendo assim, ao largo da reflexão aqui apresentada, as estatísticas da agropecuária são contempladas em duas abordagens: na geração de cadastros de empresas ligadas a atividades agropecuárias e na discussão sobre processos de trabalho e ajustes emergenciais à estrutura de funcionamento das áreas produtoras de informações sobre a produção econômica.

Para o prosseguimento do desenvolvimento da reformulação das estatísticas econômicas no IBGE, a proposta é passar a inserir nas futuras definições as estatísticas de preços e da agropecuária.¹³

¹³ O Plano Estratégico do IBGE inclui para ambos os temas reformulações de largo alcance, os projetos de Ampliação da Abrangência Geográfica do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor e a construção do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos da Agropecuária. Para maiores

Metas para o SEEI no Brasil

Tendo em vista o objetivo geral e as diretrizes e marcos estruturantes, o CGEE estabeleceu metas para o projeto de reformulação das estatísticas econômicas. Um primeiro conjunto diz respeito às ações de coordenação das relações com os diversos agentes envolvidos ou interessados no SEEI:

- ✓ Aprimorar as relações internas e externas com os produtores de estatísticas sociais e econômicas. Do ponto de vista das relações externas, o IBGE deverá assumir o papel de coordenador das estatísticas econômicas, ampliando a utilização de registros administrativos para a complementação ou a substituição de pesquisas estatísticas. Nesse campo, identificam-se ações necessárias de aproximação com produtores de registros administrativos, a criação do Comitê de Estatísticas Econômicas – CEE, reunindo os principais produtores de estatísticas econômicas no País, e o estabelecimento de fórum regular para contato com usuários das informações econômicas. Esses fóruns visam a manter fluxo permanente de informações e de contribuições dos usuários sobre as diversas frentes de trabalho em andamento com vistas ao aprimoramento das estatísticas econômicas.
- ✓ Aperfeiçoar a relação com os usuários, tanto do ponto de vista do levantamento das demandas por estatísticas econômicas, quanto do ponto de vista do estabelecimento de redes de contato qualificadas. Para tanto, o CEE assim como o fórum de encontro regular com os usuários seriam os instrumentos mais importantes.
- ✓ Aperfeiçoar a relação com os informantes, remodelando as formas de coleta e diferenciando o tratamento de grandes empresas e grupos econômicos. Neste aperfeiçoamento, estão previstas: a redução da carga ao informante; a adequação das pesquisas à linguagem do informante; a organização e adequação da abordagem ao informante; e a programação do contato com o informante ao longo do ano para todas as pesquisas em que participe.

O segundo conjunto de metas é apresentado abaixo e diz respeito a ações no campo da metodologia, da produção, armazenamento e disseminação de informações e gestão:

- ✓ Reforçar a utilização do SCN como marco conceitual do SEEI.
- ✓ Integrar e harmonizar os conceitos, classificações e definições das pesquisas econômicas e registros administrativos.

- ✓ Ampliar e otimizar a gestão de recursos humanos, materiais e de informática para a produção e manutenção de estatísticas econômicas e registros administrativos integrados.
- ✓ Garantir a otimização, mencionada acima, através da revisão dos processos de trabalho, promovendo a flexibilidade e integração do conjunto das pesquisas econômicas e o atendimento das demandas por novas estatísticas econômicas.
- ✓ Avançar no aprimoramento do Cadastro Central de Empresas;
- ✓ Implantar o BDI.

O BDI deve ter as seguintes funções:

- ✓ Integração de dados, inicialmente com foco nos dados econômicos, ampliando para outros domínios gradativamente - tanto aqueles provenientes de registros administrativos (adequando-os para fins estatísticos) quanto aqueles das pesquisas econômicas;
- ✓ Centralização das informações;
- ✓ Acessibilidade interna aos registros contidos no BDI;
- ✓ Disseminação interna dos registros do referido banco de dados;
- ✓ Gestão das bases de dados econômicos, internas e externas – todas as pesquisas teriam seus resultados incorporados e gerenciados no BDI, contemplando inclusive a manutenção das séries históricas;
- ✓ Integração da codificação de operações econômicas (de contas nacionais) com as variáveis econômicas, tanto nas pesquisas quanto nos registros administrativos que sejam utilizados para fins estatísticos.

O Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas no IBGE – temas e estado da arte

Em termos da concepção geral e do fluxo de dados, o conteúdo apresentado para o futuro SEEI no Brasil se aplica integralmente à parcela de informações do SEI cuja produção é de responsabilidade do IBGE. No que se refere a cobertura temática, o IBGE é responsável pela produção de uma parcela relevante das informações necessárias a um SEEI no Brasil e esse aspecto é detalhado a seguir. Além disso, o estado da arte do SEEI no IBGE é aqui apresentado a partir de extensa lista de frentes de trabalho que se fazem necessárias para a viabilização do novo Sistema.

Abordagem temática do SEEI no IBGE

A parcela de produção temática atribuída ao IBGE está intensivamente orientada para produzir as estatísticas econômicas básicas para o SCN, tendo como âmbito as empresas não financeiras.

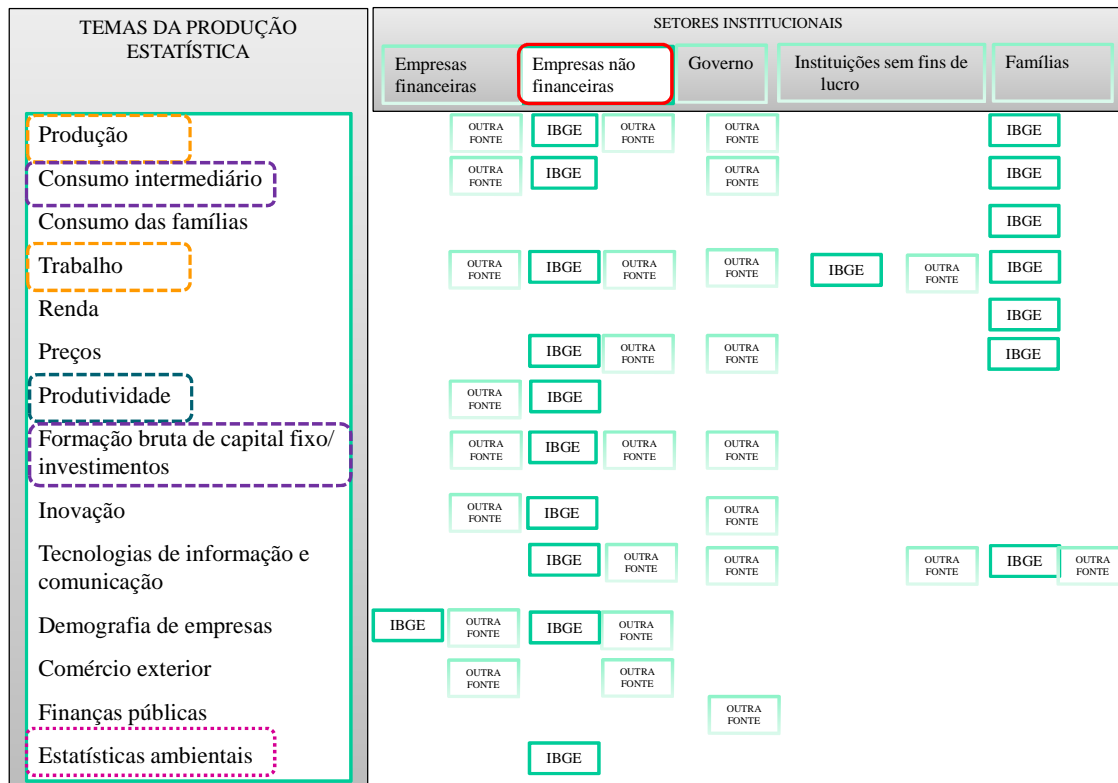
Os temas para os quais o sistema de estatísticas econômicas conjunturais e/ou estruturais de responsabilidade do IBGE deve produzir informações básicas são:

- ✓ Produção
- ✓ Consumo intermediário
- ✓ Renda
- ✓ Trabalho
- ✓ Produtividade
- ✓ Formação bruta de capital fixo/ investimentos
- ✓ Estoques
- ✓ Estatísticas ambientais

Nesse contexto, as estatísticas econômicas cobertas pelo IBGE têm como âmbito e temas parte do sistema de estatísticas econômicas, representadas no quadro a seguir.

O sistema de estatísticas econômicas no IBGE contempla as estatísticas estruturais e conjunturais, dando informações, respectivamente, de longo e curto prazo, e provê as necessidades de abrangência geográfica do SCN e das estatísticas demandadas pela sociedade.

Quadro 2: ESQUEMA TEMÁTICO DA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS INTEGRADAS NO IBGE



Com base nesse sistema, tendo como foco as empresas não financeiras, as coordenações da área econômica (Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações (CEEC), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC), Coordenação de Serviços e Comércio (COSEC), Coordenação de Indústria (COIND)), a Coordenação de Métodos e Qualidade (COMAQ), e a Gerência do Cadastro Central de Empresas (GCC) identificaram e priorizaram os projetos que envolvem duas ou mais dessas áreas e que são necessários para avançar nos objetivos principais do projeto: “atender demandas; avançar na harmonização das estatísticas e na eficiência dos processos; instituir arranjos institucionais para a realização coordenada do projeto”. A consecução desses projetos permitirá avançar na disponibilização de estatísticas econômicas, conforme previsto no SEEI. Muitas frentes de trabalho estão em andamento nas áreas econômicas aqui mencionadas, em associação ou desdobramento às diretrizes estabelecidas. O CGEE identificou a necessidade de estabelecer uma visão de conjunto dessas frentes, relacionando-as com as diretrizes e os objetivos do projeto, bem como com os impactos sobre a reformulação das estatísticas econômicas. Essa visão ampla facilita também a gestão e alocação dos recursos humanos e orçamentários existentes ou a mensuração daqueles requeridos.

A seguir são descritas essas diversas frentes e a seção posterior aborda o trabalho de planejamento e elaboração do questionário referente à pesquisa unificada, segmento do projeto que tem papel reestruturante para toda a cadeia de produção das estatísticas econômicas estruturais pelo IBGE.

Estado da arte do SEEI no IBGE – frentes de trabalho estabelecidas

Nos debates do CGEE foram percebidas muitas frentes de trabalho em direção à revisão ou aprimoramento das estatísticas econômicas no IBGE, o que indicava que o estado da arte do planejamento e até mesmo da execução de etapas em direção à construção do SEEI era multidisciplinar e envolvia as diversas equipes das áreas econômicas do IBGE, ponto para o qual se colocou como fundamental uma compreensão mais completa, tendo em vista o objetivo de avançar na gestão integrada de prioridades e alocação de recursos. Assim, inicialmente, o objetivo dessa lista de ações era identificar aquelas frentes que envolviam simultaneamente mais de uma área que integra o CGEE, com impactos diferenciados sobre o projeto de reformulação das estatísticas econômicas e sobre o programa de trabalho¹⁴ das diversas equipes envolvidas. Como consequência da evolução dos debates, a lista a seguir inclui também projetos e atividades com responsabilidade de execução por uma única área, tendo em vista sua importância no contexto de discussão e reformulação das estatísticas econômicas.

A lista que segue contém a descrição das ações, identificando a aderência de cada uma delas ao projeto de reformulação, e sintetiza os principais temas cujas definições impactam as coordenações e gerência da área econômica, CEEC, COIND, COSEC, CONAC, GCC, no curto e médio prazo. As decisões referentes à condução dessas frentes de trabalho das áreas econômicas são tomadas no âmbito do CGEE e, para elas, foram estabelecidas prioridades e sua conexão com o projeto de reformulação das estatísticas econômicas. Considerações sobre os recursos disponíveis foram uma constante no debate estabelecido e a definição dessa lista se impôs também por essa razão.

A definição de prioridades não espelha, necessariamente, a relação entre prioridade e temporalidade dos projetos e ações, isto é, o fato de se reconhecer um projeto como prioritário não implica, necessariamente, que sua execução seja viabilizada em prazo mais curto. Isso ocorre porque os recursos disponíveis podem levar a adiamento de prazos de linhas de trabalho de alta importância, assim como, podem permitir avançar em frentes de

¹⁴ O programa de trabalho da área econômica do IBGE está estabelecido no Plano Estratégico do IBGE 2012-2015.

prioridade mais baixa; e, ainda, alguns projetos têm tempos de maturação e execução mais longos.

Optou-se por apresentar as frentes de trabalho com o apoio de uma estrutura de códigos, em que os primeiros dígitos expressam quatro categorias de conexão com os avanços esperados para as estatísticas econômicas, ordenadas segundo os respectivos níveis de prioridade, de tal modo que ao código zero, que se refere a aspectos estruturantes, é atribuído o maior grau de prioridade e assim sucessivamente. As categorias e os respectivos códigos são os seguintes:

0 – Aspectos estruturantes do planejamento e desenvolvimento dos trabalhos da área econômica.

1 – Diretrizes Metodológicas e Marcos de Referência do Sistema de Estatísticas Econômicas.

2 – Aspectos de amostragem, métodos e infraestrutura estatística.

3 – Demais projetos/ ações.

Dentro de cada categoria de prioridade ou conexão com o processo de reformulação, tal como definido acima, a lista de frentes de atuação encontra-se em ordenação lógica.

Nível zero de Prioridade- Aspectos estruturantes do planejamento e desenvolvimento dos trabalhos da área econômica

As frentes aqui contempladas estão ordenadas de acordo com sua associação à concepção do projeto, lacunas temáticas, arranjos institucionais e relação com usuários internos e externos, bancos de dados e ações de apoio ao projeto.

0.1. Desenho definitivo do SEEI.

0.1.1. Temas transversais no SEEI.

0.2. Aprimoramento da mensuração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

0.3. Comitê de Estatísticas Econômicas (CEE), fórum com usuários e outros arranjos institucionais.

0.4. Reestruturação dos processos de trabalho.

0.5. BDI – evolução a partir do CEMPRE

0.6. Centro de Entrevistas Telefônicas Assistidas por Computador (CETAC) – demandas dos diversos projetos e ajustes na estrutura

0.7. Definição do plano de trabalho com a Coordenação de Métodos e Qualidade

0.8. Definição do plano de trabalho com a Diretoria de Informática

0.9. Treinamento das equipes de campo sobre as estatísticas econômicas

0.1. Desenho definitivo do SEEI

- Responsável: CGEE

O desenho preliminar temático do SEEI, apresentado anteriormente, surgiu a partir da percepção do CGEE de pensar estrategicamente a reformulação das estatísticas econômicas.

Esse desenho preliminar temático foi elaborado para contemplar um olhar mais abrangente e integrador e registrar determinadas lacunas de informações conhecidas ou aquelas que surgiram no debate do 'questionário unificado'.

O desenho definitivo do sistema deverá refletir também as necessidades de informações estatísticas apontadas pelas recomendações internacionais, pelas demandas da sociedade em geral, pelos programas de pesquisas e para a gestão e monitoramento da política econômica do País.

0.1.1. Temas transversais no Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas

Foram definidos, inicialmente e de maneira não exaustiva, como temas transversais inovação, empreendedorismo, tecnologias de informação e comunicação (TIC), investimento, utilização de capacidade. Destes temas têm sido objeto de crescente reflexão, na academia e nos órgãos multilaterais de estatística, as formas de levantamento e elaboração de estatísticas.

A discussão sobre os temas transversais assume importância neste cenário de revisão das estatísticas econômicas justamente por avançar sobre a discussão de novos espaços a serem completados pelo sistema oficial de estatísticas econômicas.

Alguns temas, como inovação e TIC, já são levantados pelo IBGE, no entanto, de forma não totalmente integrada com as estatísticas estruturais. Outros temas, como empreendedorismo, são compilados parcialmente e poderiam ser potencializados.

0.2. Aprimoramento da mensuração da FBCF

- Responsável: CONAC

As novas recomendações internacionais para o SCN foram fatores que, entre outros, motivaram a revisão e incorporação de novas variáveis ao bloco de FBCF das pesquisas econômicas.

O IBGE tem recebido intensa demanda por dados de investimento, que podem ser construídos a partir da FBCF, com a complementação de informações por outras fontes. Essas solicitações são pela produção de dados nas pesquisas estruturais e conjunturais, pelo maior detalhe desses dados no SCN, anual e trimestral, e pela participação do IBGE em projetos visando à estimação de dados ou indicadores de investimento.

Essa demanda e as novas recomendações internacionais justificaram a criação de um grupo de trabalho, composto por técnicos de várias coordenações da DPE, específico sobre o tema investimentos.

Esse grupo de trabalho propõe a seguinte ordenação das questões a serem consideradas: identificação dos objetivos e benefícios do projeto; alterações na conceituação de ativos do SNA 2008; proposta de marco conceitual para investigação e mensuração da FBCF; avaliação da experiência do IBGE; revisão dos questionários das pesquisas econômicas estruturais, especificamente elaboração de questões para o questionário unificado resultante dessa revisão; avaliação sobre a necessidade de implantar pesquisa - marco sobre Investimento; consideração de fontes alternativas (registros administrativos); primeira proposta de organização de informações sobre FBCF e/ou investimentos.

0.3. CEE, fórum com usuários e outros arranjos institucionais

- Responsável: DPE

O desenho do SEEI requer esforço de coordenação para a sua sustentação institucional, assegurando a relevância das informações produzidas, a adoção e cumprimento de padrões metodológicos e o uso adequado das fontes de dados, sejam elas pesquisas ou registros administrativos. Para tanto, são requeridos arranjos institucionais de diversas naturezas.

Nesse sentido, o IBGE propôs a instituição do CEE, que permitirá avançar no desenho do SEEI, uma vez que envolverá diversos órgãos produtores de estatísticas e gestores de registros administrativos. O mesmo comitê pode se constituir em fórum qualificado de diálogo com as instâncias de políticas que permitam dar prosseguimento à formalização de convênios entre esses órgãos produtores de estatísticas e gestores de registros, permitindo o intercâmbio das fontes de dados.

Adicionalmente, a evolução das discussões no CGEE deixou clara a pertinência das recomendações internacionais no sentido de instituir, na construção e manutenção do SEEI, reuniões regulares com usuários, produtores e pesquisadores sobre o projeto.¹⁵

Na continuação do projeto, outros instrumentos de coordenação podem ser requeridos, tais como: ajustes de marcos legais, comissões consultivas para tratar aspectos técnicos específicos, memorandos de entendimento, grupos de trabalho interinstitucionais.

¹⁵ O IBGE possui duas experiências de sucesso nesse sentido: os fóruns do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares e os fóruns do Sistema Nacional das Pesquisas por Amostragem da Agropecuária.

0.4. Reestruturação dos processos de trabalho¹⁶

- Responsável: DPE

O projeto de revisão em direção a um modelo com base em estatísticas econômicas integradas tem como uma de suas premissas a necessidade de reestruturação dos processos de trabalho para organização mais adequada. Essa necessidade se impõe diante de um quadro de redução do número de profissionais na área, devido às aposentadorias, e, principalmente, pela mudança de perfil desses profissionais, já que a entrada de profissionais ficou concentrada, nos últimos 10 anos, em quadros com nível superior.

A mudança de perfil dos profissionais, a introdução de novas tecnologias e o desenvolvimento de técnicas estatísticas constituem fatores que levam à necessidade de revisão dos processos de trabalho.

Em que medida essa reestruturação dos processos de trabalho deve impactar o 'organograma' da instituição é outra questão, cujos estudos devem ser aprofundados. Uma verificação, ainda superficial e preliminar, das experiências dos INE que reformularam seus processos de trabalho mostrou que essa revisão não impactou diretamente os respectivos organogramas.

Correlata a essa discussão está a definição do tratamento dos temas transversais e possíveis impactos na reestruturação da área, já que, atualmente, a equipe da "nova economia" está inserida na COIND, ainda que cubra alguns serviços.

0.5. BDI – evolução a partir do CEMPRE

- Responsável: GCC

A ampliação da concepção (escopo e escala) do CEMPRE no IBGE pode antecipar a concretização do BDI, que é uma infraestrutura necessária para viabilizar o Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas. A experiência do IBGE com o CEMPRE é relevante para a construção do BDI porque envolve expertise nos seguintes aspectos: características das estruturas de bases de dados de diferentes origens; procedimentos de compatibilização para o uso coerente das informações provenientes de diferentes fontes; escolha de variáveis e crítica das mesmas para uso estatístico; preparação das bases para a geração de cadastros visando à seleção das amostras das pesquisas econômicas; organização dessas bases para viabilização de análises temáticas, a exemplo de demografia de empresas, entidades sem fins de lucro e empreendedorismo. Toda essa bagagem é útil à evolução para o BDI, que tem como fundamento o arquivamento e utilização integrados de dados e metadados estatísticos.

¹⁶ O tema é apresentado com maior detalhe em seção específica neste texto, "Considerações sobre a estruturação dos processos das áreas das estatísticas econômicas do IBGE".

A evolução requerida para o CEMPRE e a implantação do BDI deverão, entre outros aspectos, contemplar:

- ✓ Integrar bases de dados existentes ou já recebidas pelo IBGE;
- ✓ Integrar as bases de pesquisas econômicas estruturais e conjunturais ainda no seu processo de apuração;
- ✓ Incluir as pesquisas conjunturais mensais no CEMPRE;
- ✓ Integrar os registros mensais do CAGED, recebidos pelo IBGE a partir de convênio com o Ministério do Trabalho, aos microdados do CEMPRE;
- ✓ Integrar bases de dados que venham a ser recebidas pelo IBGE;
- ✓ Incluir dados de registros administrativos nos microdados do CEMPRE, como por exemplo: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), Cadastro do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Cadastro da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX), Cadastro Nacional de Empresas (CNE) da Secretaria da Micro e Pequena Empresa;
- ✓ Atualizar a estrutura de priorização das fontes de dados para composição do BDI. A partir do recebimento de novas fontes de dados, definir qual a prioridade de cada fonte, de acordo com cada variável, para a constituição do cadastro básico de seleção (CBS) para as pesquisas por amostragem e das estatísticas econômicas a serem divulgadas (isto é, qual das fontes deve prevalecer para a construção do cadastro básico de seleção, e para a elaboração das estatísticas econômicas).

Essa estrutura de BDI vai propiciar, também, um conjunto de funcionalidades associadas às diversas etapas do processo de pesquisa, desde as etapas de apuração das pesquisas até a análise de microdados e agregados, de forma integrada com outras pesquisas e registros administrativos. Um exemplo é a integração no BDI do Sistema Integrado de Pesquisas Econômicas Anuais (SIPEA) com pesquisas realizadas através do CETAC e outras pesquisas, possibilitando a criação de uma tabela de contatos para utilização por todas as pesquisas.

Para a viabilização da geração do BDI, o IBGE precisa estar apto a receber esses registros, contando com infraestrutura estatística, sistemas de processamento, software e hardware adequados, recursos humanos e esquemas de segurança bem estabelecidos.

0.6. CETAC – demandas dos diversos projetos e ajustes na estrutura

- Responsável: DPE

Em relação ao CETAC, existe a necessidade de discutir as prioridades de pesquisas e seus respectivos cronogramas, redimensionar as equipes e realinhar o perfil dos profissionais a serem contratados (em especial dos supervisores), além de discutir o papel dos gerentes

temáticos durante o período da coleta de dados. Cabe mencionar que, em relação às atividades do CETAC, deve-se considerar que presta atendimento, também, às estatísticas sociais e que há demanda para dar suporte à geração do cadastro de estabelecimentos da agropecuária no contexto do Censo Agropecuário 2016 e do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem da Agropecuária (SNPA), em construção.

0.7. Definição de plano de trabalho com a COMEQ

- Responsável: COMEQ e CGEE

A importância do envolvimento da COMEQ nos trabalhos da área econômica é inequívoca, tendo iniciado ainda quando da instituição do sistema de pesquisas econômicas por amostragem e evoluído com a sua participação na PINTEC e na TIC-empresa. Tanto assim que tem sido envolvida desde o início das discussões do projeto e participa também do CGEE.

Para potencializar a sua participação no projeto, vis-à-vis suas demais atribuições, é necessário investir na definição de plano de trabalho da COMEQ para a área econômica.

Em linhas gerais, a COMEQ deverá atuar nas frentes apresentadas nos itens 2.1 e 2.2.

0.8. Definição de plano de trabalho com a Diretoria de Informática

- Responsável: DI e CGEE

A garantia de recursos de informática e de recursos humanos da área de informática dedicados ao 'negócio' da área econômica do IBGE é essencial para a implantação dos projetos das estatísticas econômicas. Sem esses recursos garantidos não será viável a implantação do SEEI.

São demandas a destacar: a criação da infraestrutura correspondente ao BDI, o desenvolvimento de sistema que permita integração das pesquisas, com harmonização de conceitos e customização de questionários às especificidades inerentes às atividades econômicas, quando for o caso, harmonização e padronização nos sistemas de apuração e o desenho do sistema referente ao questionário unificado das pesquisas econômicas estruturais.

0.9. Treinamentos das equipes de campo sobre as estatísticas econômicas

- Responsável: ENCE/CTA – Coordenação de Treinamento, CEEC e CGEE

É necessário aperfeiçoar o sistema de treinamentos para as estatísticas econômicas, de modo a contemplar as novas necessidades de treinamento e a rotatividade dos agentes de coleta do IBGE. Dessa forma, as demandas foram estruturadas segundo curto e médio prazo, como segue:

Curto prazo (primeiro e segundo semestres 2014)

- ✓ Preparar modalidade de Ensino a Distância (EAD), utilizando por base o modelo de EAD adotado no treinamento das pesquisas econômicas em 2014, que teve como forte referência as contribuições das equipes responsáveis pelas estatísticas econômicas nas Unidades Estaduais;
- ✓ Estruturar um EAD sobre a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Médio prazo (2015/ 2016)

- ✓ Estruturar um EAD para as pesquisas econômicas estruturais reformuladas e outro para as pesquisas conjunturais.
- ✓ Conceber, juntamente com a área econômica, Gerência de Planejamento e Orçamento (GPO), DI e Unidades Estaduais (UE) , o modelo de treinamento da área econômica. Neste caso, preliminarmente, identificou-se a necessidade de estruturação de EAD sobre as pesquisas e CNAE, de tutoriais de sistemas de informática, de cursos de aperfeiçoamento (curso de análise setorial, curso de contabilidade, por exemplo), de cursos presenciais, e de cursos sobre abordagem, sendo ainda necessária uma discussão mais aprofundada sobre o tema.

Nível um de Prioridade - Diretrizes metodológicas e marcos de referência do SEEI

Os itens estão ordenados segundo os seguintes critérios de aderência às diretrizes do projeto de reformulação: elementos estruturantes do projeto; lacunas temáticas; aproximação com informantes; inserção das estatísticas da agropecuária no projeto de revisão.

1.1. Mudança de Base de Contas Nacionais

1.1.1. Seminários sobre a mudança de base de Contas Nacionais

1.1.2. Seminários da DENU sobre SNA 2008 e *System of Integrated Environmental and Economic Accounts (SEEA)* - setembro 2013

1.2. Integração das pesquisas estruturais econômicas - questionário unificado

1.3. Integração de pesquisas conjunturais econômicas

1.4. Reformulação da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) e absorção pelo SCN

1.5. Realização e publicação de resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e absorção pelo SCN

1.6. Aprimoramento da metodologia da Pesquisa de Inovação (PINTEC)

- 1.7. Aprimoramento da metodologia da pesquisa Tecnologia da Informação e Comunicação – Empresa (TIC - Empresa)
- 1.8. Certidões de quitação de obrigações estatísticas
- 1.9. Cadastro de empresas na atividade agropecuária

1.1. Mudança de base de Contas Nacionais

- Responsável: CONAC

O processo de mudança de base de contas nacionais impactará as estatísticas econômicas na medida em que, para seguir as recomendações do SNA 2008, será necessário realizar levantamentos estatísticos ou recompilar registros administrativos, para dar subsídios à elaboração destas estatísticas. As sugestões da CONAC para os novos questionários das pesquisas econômicas levaram em consideração algumas das alterações do SNA/2008. Reforçou-se a necessidade da demanda por registros administrativos frisando-se a situação atual: convênios assinados e informação não repassada, e informação repassada em convênios não assinados.

1.1.1. Seminários de mudança de base de Contas Nacionais

Os seminários de mudança de base de contas nacionais mostram aos usuários a proposta de adequação do SCN às novas recomendações. Necessariamente, questões relacionadas às estatísticas econômicas serão tangenciadas, já que para atender a essas recomendações, modificações nestas estatísticas terão que ser implementadas, como já ressaltado anteriormente.

Esse movimento de ‘exposição’ a um público qualificado sujeita o IBGE às críticas, mas, ao mesmo tempo, permitirá aperfeiçoamentos à proposta.

Espera-se que esse exemplo possa ser seguido pelas estatísticas econômicas que, com esse movimento, poderão apresentar ao público qualificado – em especial governo – o quanto se ganharia a partir de maior utilização de registros administrativos.

O primeiro seminário sobre a Mudança de Base de Contas Nacionais foi realizado no Rio de Janeiro em 11 de março de 2013 e teve como público-alvo os usuários do setor privado, apresentando os motivos para rever a série do SCN, os principais pontos a serem revistos e os cronogramas propostos para divulgação dos resultados.

Em seguida, houve um seminário em Brasília, no Ministério da Fazenda (MF), em 15 de maio de 2013, que contou com a presença de profissionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além dos profissionais do MF.

Em junho do mesmo ano ocorreu seminário em São Paulo, tratando especialmente dos temas: Formação Bruta de Capital Fixo, Setor Financeiro, expectativas quanto aos resultados da nova base.

A CONAC, a partir daí, segue organizando seminários com usuários para debater a evolução do projeto de nova base, ancorados nas notas técnicas disponibilizadas no portal do IBGE desde 2012, que documentam as diversas definições do projeto¹⁷. No âmbito do CGEE, foi considerada a possibilidade de organizar seminários sobre a Mudança de Base de Contas Nacionais em conjunto com a Revisão das Estatísticas Econômicas, o que vai ao encontro da necessidade identificada para se estabelecer fórum de discussão com usuários e produtores das estatísticas econômicas integradas.

1.1.2. Seminário da DENU sobre SNA 2008 e Sistema de Contas Econômicas Ambientais (SCEA ou SEEA, sigla em inglês)

Seminário promovido pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (DENU) em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) e o IBGE com o objetivo de difundir, na América Latina as recomendações do SNA 2008 e o projeto de compilação do SEEA.

O seminário foi organizado em duas etapas: a primeira, com três dias, contou, no primeiro dia, com uma apresentação para os órgãos e instituições brasileiros do projeto de revisão de base do SCN do Brasil; os dois dias seguintes tiveram como público principal os países da América Latina. Nesses dias foi apresentado o estágio de implantação das novas recomendações do manual de 2008. Ao final, com coordenação do DENU, algumas linhas de ação foram estabelecidas, procurando assegurar a implantação das recomendações em curto prazo.

A segunda etapa tratou especificamente de um projeto piloto em alguns países para a implementação do SEEA.

Do ponto de vista estratégico, o seminário contou com a presença dos possíveis provedores de dados de registros administrativos – Ministério da Fazenda, Receita Federal do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

1.2. Integração das Pesquisas Estruturais Econômicas - questionário unificado

- Responsável: CEEC

O questionário unificado das pesquisas estruturais econômicas é um produto do processo de revisão das estatísticas econômicas, constituindo o início da harmonização dessas estatísticas e de sua integração. Essa etapa do projeto de revisão será apresentada mais detalhadamente em seção específica.

Dois elementos serão fundamentais para que se alcance esse objetivo:

- ✓ Entender que unificação não significa ‘pasteurização’, ou seja, os setores econômicos têm suas especificidades – isso impactará nas perguntas a serem feitas – que devem estar na linguagem do informante (ainda que os conceitos associados às perguntas estejam harmonizados) e na análise e apuração a serem elaboradas pelos profissionais da área, isto é, essa análise e apuração devem ser especializadas (o que significa dizer que os profissionais continuam a ser especializados em determinado setor, para que possam ‘ler’ os resultados da pesquisa). O exemplo de diversos INE também deve ser observado (e não copiado): muitos têm um questionário básico para indústria e outro para serviços e vários questionários customizados na linguagem do informante.
- ✓ Como foi observado no tópico referente às demandas à DI, para desenvolver esse sistema de estatísticas ‘customizadas’ porém harmonizadas, é preciso ter um sistema de informática sofisticado, e a integração e harmonização dos processos de apuração. De novo, outros institutos nacionais de estatística têm muito a ensinar (ver Canadá, Reino Unido, Nova Zelândia, entre outros).

Em suma, o processo de unificação significa sofisticação dos sistemas de coleta e apuração e especialização da equipe de análise e apuração em setores específicos:

- ✓ Definição sobre levantamentos de Unidades Locais (UL) – no âmbito do projeto de revisão foi instituído grupo de trabalho para definir como deve ser o levantamento das unidades locais nas pesquisas estruturais das atividades econômicas. Para tanto, o grupo deverá: sintetizar os trabalhos sobre UL realizados pelas coordenações e pela GCC sob orientação de consultoria; identificar os tratamentos atribuídos a unidades de amostragem, unidades de investigação e unidades de coleta nas pesquisas estruturais de países selecionados; sintetizar as recomendações do Manual sobre Registros de Empresas do EUROSTAT para as atividades no âmbito da Indústria; desenhar proposta de encaminhamento a ser dado ao tema ‘unidades locais’ no âmbito do projeto de revisão das estatísticas econômicas. Estão envolvidas no trabalho: CEEC (coordenador), CONAC, COSEC, COIND e GCC.
- ✓ Definição sobre o tratamento de Grupos Econômicos (grupos de empresas) – ainda neste projeto foi criado grupo de trabalho sobre o tema para definir como serão tratados os grupos econômicos (lacuna do sistema de estatísticas econômicas no Brasil) nas pesquisas estruturais de atividades econômicas. Para tanto, o grupo deverá estudar os arquivos da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério

¹⁷ Ver (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN_2010.shtm)

da Fazenda com informações cadastrais sobre grupos econômicos; identificar se deve(m) ser introduzida(s) (e como seria o formato) questão (ões) sobre o tema no bloco cadastral das pesquisas estruturais; identificar o levantamento e disponibilização de estatísticas sobre grupos econômicos em outros países; e elaborar proposta para tratamento da informação e disponibilização de estatísticas sobre grupos econômicos para o Brasil. Estão envolvidas no grupo GCC (coordenador), CONAC, COIND e COSEC.

1.3. Integração de pesquisas conjunturais econômicas

- Responsáveis: CEEC COIND COSEC CONAC e GCC

Ainda que não tenha sido iniciada a discussão, a área econômica já identificou que será necessário discutir, no médio prazo, a integração das pesquisas conjunturais. Esta opção terá rebatimentos no programa de trabalho com a DI.

Numa primeira etapa será requerida a atualização bibliográfica sobre as experiências internacionais, com vistas à elaboração de proposta para debate.

1.4. Reformulação da PIM-PF e absorção em Contas Nacionais

- Responsáveis: COIND e CONAC

A reformulação da PIM-PF tem impactos diretos sobre o sistema de contas trimestrais. Foram ressaltadas as vantagens e limitações enfrentadas ao longo do processo de reformulação da pesquisa. Além de considerar a CNAE 2.0 e alterações na Lista de Produtos da Indústria (Prodlist), a reformulação toma como referência a estrutura de ponderação baseada na PIA-2010 e o ano de 2012 como base=100.

Objetivando propiciar os estudos sobre a dimensão temporal, sempre que possível, os indicadores serão encadeados, com vistas a manter a comparabilidade da série. O portal do IBGE apresenta a documentação metodológica sobre a revisão, cujos primeiros resultados foram divulgados em maio de 2014, conforme ajustado com a equipe da CONAC.

A COIND realizou seminários preparatórios junto a analistas das áreas de governo, jornalistas e outros usuários, em que os aspectos metodológicos da revisão foram apresentados em detalhe. A CONAC, a partir dos resultados da nova série da PIM-PF, tendo em vista importante impacto dessa reformulação nos resultados das Contas, optou por incorporá-los já no resultado das contas trimestrais do primeiro trimestre de 2014. Ajustes nos números correspondentes ao ano de 2013 também foram divulgados.

411.5. Realização e publicação de resultados da Pesquisa Mensal de Serviços - PMS e incorporação no SCN

- Responsáveis: COSEC e CONAC

Os resultados da PMS impactam especialmente o SCN trimestral. A estratégia de divulgação, assim como a definição de deflatores, foi acordada com a equipe da CONAC. Os primeiros resultados foram divulgados em agosto de 2013, com série retrospectiva a janeiro 2012. No primeiro momento definiu-se a divulgação apenas de indicadores da variação nominal da receita líquida/valor bruto da produção. Os dados sobre a variação em volume, assim como indicadores sobre segmentos específicos, serão propostos para data posterior, tendo em vista recursos humanos e de informática requeridos.

1.6. Aprimoramento da metodologia da PINTEC

- Responsáveis: COIND e COMEQ

O estudo de impacto do desenho da amostra para a PINTEC 2011, que levou à definição de um estrato certo que está ‘espalhado’ pelos diversos estratos da pesquisa (tanto por atividade econômica, como pelo número de pessoal ocupado), será importante para identificar a necessidade de rever a metodologia da pesquisa. Esse ‘espalhamento’ impactou sobremaneira na coleta das informações em campo. Esse estudo será complementado por requerida avaliação que inclui: necessários estudos sobre as mudanças da *Community Innovation Survey* (CIS)¹⁸; definição dos blocos do questionário que serão objeto de rodízio (a PINTEC, a exemplo do que é feito pela CIS, trabalha com rodízio de blocos do questionário, ou seja, nas realizações sucessivas das pesquisas, determinados blocos estão sempre presentes e outros se alternam, configurando o rodízio); levantamento das demandas de usuários da pesquisa (governo e academia). Além de os estudos mencionados serem pré-requisitos para a nova realização da pesquisa, também, a oportunidade de emparelhamento com a próxima edição da CIS (que terá como referência o ano de 2014) levou a área econômica a propor a próxima PINTEC com ano de referência 2014 e com realização em 2015.

1.7. Aprimoramento da metodologia da TIC-Empresa

- Responsáveis: COIND e COMEQ

A amostra da TIC-Empresa foi desenhada como subamostra das amostras das pesquisas estruturais da indústria, da construção, do comércio e dos serviços. O propósito foi fornecer ao usuário um cruzamento direto com a base das pesquisas estruturais, utilizando os pesos

¹⁸ A CIS foi o primeiro modelo de pesquisa de inovação implementado por Institutos Nacionais de Estatística europeus, baseado no Manual de Oslo, e segue sendo referência para pesquisas de inovação em todo o mundo. Ver <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/microdata/cis>.

da pesquisa TIC-Empresa. No entanto, os problemas práticos decorrentes dessa decisão levam à necessidade de se rediscutir a metodologia da pesquisa. Entre os problemas, destacam-se:

- ✓ Folha de Atualização Cadastral (FAC): dentre as 18.563 empresas concluídas pela TIC-Empresa, para 1057, foram geradas FAC (são instrumentos utilizados quando não há o preenchimento de questionário) quando da resposta às pesquisas estruturais mencionadas. Como o objetivo era obter uma subamostra, tais empresas, apesar de terem preenchido questionários, foram excluídas, não integrando a pesquisa sobre TIC.
- ✓ Foi necessário refazer o cadastro da TIC-Empresa devido às mudanças de classificação das empresas, uma vez que a mobilidade entre as pesquisas, decorrente dessas mudanças, não foi considerada no desenho da amostra.
- ✓ Foram incluídas empresas durante a etapa de coleta das pesquisas estruturais¹⁹ que não estavam na amostra da TIC-Empresa e, portanto, não tiveram a chance de serem entrevistadas. O número de empresas novas que entraram na amostra foi: 334 (Indústria), 255 (Indústria da Construção), 2029 (Serviços), 1365 (Comércio). Além disso, 239 empresas retornaram com CNAE fora do âmbito e, claro, tiveram que ser excluídas da TIC-Empresa.
- ✓ A TIC-Empresa foi estratificada para as seguintes faixas de quantitativo de pessoal ocupado: 1 a 9, 10 a 19, 20 a 49, 50 a 499 e 500 ou mais. O penúltimo estrato (50 a 499) apresentou problemas para a calibração dos pesos, uma vez que concentrou empresas com portes muito diferenciados, e, portanto, muito heterogêneas, o que levou à necessidade de repartição da amostra em vários intervalos para que a calibração dos resultados finais fosse possível. Por ser uma subamostra, foi necessário esperar a última expansão das pesquisas estruturais para, então, definir os pesos da TIC-Empresa. Com isso, a divulgação dos resultados foi bastante postergada no tempo.

Uma nova metodologia será desenhada com vistas à realização de próxima TIC-Empresa em 2016, com ano de referência 2015.

¹⁹ A inclusão destas empresas durante a etapa de coleta das pesquisas estruturais está associada principalmente a mudanças estruturais das mesmas, fusão, cisão, incorporação, etc.

1.8. Certidões de quitação de obrigações estatísticas

- Responsável: GCC e CEEC

Em linhas gerais, a proposta em discussão se coloca por motivações que seguem:

- ✓ Integrar e uniformizar as consultas às bases de dados do IBGE para permitir a verificação exata da situação de uma empresa frente a solicitações de informação por parte do Instituto de Estatística;
- ✓ Avançar nas padronizações de procedimentos referentes a certidões solicitadas a partir da existência do requisito para concessão de incentivos e benefícios fiscais por parte de algumas instituições de fomento, tais como: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que exigem das empresas a comprovação de regularidade quanto à prestação de informações ao IBGE;
- ✓ Proceder à avaliação criteriosa sobre a extensão de tal exigência por parte de outras entidades (BNDES, licitações públicas, etc) que poderia contribuir, em algum grau, para a reversão da recusa e da recusa 'branca' (quando o informante diz que vai responder, mas sempre solicita mais prazo) das pesquisas do IBGE, uma vez que as empresas passariam a ter um incentivo (ou constrangimento) adicional para prestar a informação.

Destaca-se que, apesar de estar na responsabilidade da GCC, não é uma demanda da área econômica apenas, e sim o atendimento a uma obrigação do IBGE, para a qual será preciso alocar recursos específicos em diversas áreas da instituição.

A Diretoria de Informática está na fase final de desenvolvimento do sistema, que, tendo em vista a requerida agilidade para emissão de certidões, requer especial atenção.

O Conselho Diretor do IBGE publicou Resolução R.CD nº 08, em 30 de maio de 2014, instituindo a Oficina de Relação com o Informante do IBGE, com vistas à elaboração de proposta integrada de atuação junto aos informantes, sensibilizando-os para colaborar com o IBGE. No âmbito dessa Oficina, serão tratadas as certidões de quitação de obrigações estatísticas.

1.9. Cadastro de empresas na atividade agropecuária

- Responsável: GCC

Necessidade de definição de equipe específica para evoluir, o que foi estabelecido para ocorrer, preferencialmente, dentro do primeiro semestre de 2014, tendo em vista o atendimento ao Censo Agropecuário que tinha previsão de realização para 2016. O

Cadastro de Empresas na Atividade Agropecuária requer uma combinação das duas experiências em cadastro no IBGE – o Cadastro de Empresas – CEMPRE e o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE). Essa necessidade se coloca tendo em vista o Censo Agropecuário, assim como as futuras pesquisas por amostragem da agropecuária, cobrir a atividade empresarial e a familiar. Além disso, é essencial a questão da localização dos estabelecimentos para aqueles aos quais não se apliquem processos de coleta via telefone ou Internet, ambos os processos levados em consideração para o Censo e pesquisas agrícolas. O CNEFE possui avanços sobre essa questão da localização no território.

Nível dois de prioridade - Aspectos de amostragem, métodos e infraestrutura estatística

As ações aqui apresentadas estão ordenadas de acordo com os critérios: ações de infraestrutura propriamente ditas, ordenadas segundo amostragem, desenho amostral e cadastro, tratamento especial junto a informantes, classificação, crítica e apuração; lacunas por informações; apoio de informática.

- 2.1. Amostra das pesquisas econômicas
- 2.2. Avaliação do corte do estrato certo nas pesquisas atuais
- 2.3. Crítica e apuração das pesquisas econômicas
- 2.4. Grupo de estudo sobre registros administrativos
- 2.5. Tratamento de Grupos Econômicos (sede de empresas, holdings, Sociedades de Propósito Específico (SPE), atividades sem fator de produção)
- 2.6. Classificação de produtos
- 2.7. Divulgação Índice de Preços ao Produtor – Indústria Extrativa (IPP-extrativa)
- 2.8. Projeto Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES)
- 2.9. Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) – Readequação Tecnológica

2.1. Amostra das pesquisas estruturais econômicas – questionário unificado

- Responsável: COMEQ

Foi instituído o Grupo de Trabalho sobre amostra sob a coordenação da COMEQ. Neste grupo será discutido e definido o desenho da amostra da pesquisa das atividades econômicas. Entre outros aspectos serão estudados: o corte do estrato certo; o tratamento da diversificação das atividades das empresas, contemplando a identificação da unidade de investigação estatística adequada para a pesquisa de atividades econômicas de forma a contemplar as necessidades de regionalização e de captação de atividades secundárias em empresas multilocalizadas; a cobertura da Região Norte; e o âmbito do questionário

unificado na cobertura das empresas com pessoal ocupado igual a zero. Após o redesenho da amostra da pesquisa de atividades econômicas, serão estudados o impacto e redefinições necessárias às pesquisas conjunturais, à Pesquisa Industrial Anual – produto (PIA-produto), Pesquisa de Inovação (PINTEC) e à Pesquisa de Tecnologia da Informação e Comunicação – Empresa (TIC – Empresa).

Um aspecto absolutamente indispensável dos estudos diz respeito à manutenção das séries temporais. Este grupo também terá participação importante na definição de procedimentos de apuração harmonizados entre as equipes das pesquisas econômicas.

2.2. Avaliação do corte do estrato certo nas pesquisas em produção

- Responsável: COMEQ

A avaliação do corte do estrato certo, além de fazer parte das etapas de trabalho do grupo de amostra do projeto de revisão das estatísticas econômicas, é também objeto de estudos para a implantação no curto prazo, uma vez que o aumento do estrato certo nas pesquisas atuais está dificultando e sobrecarregando os trabalhos de campo e de apuração das pesquisas. A implantação desse item em curto prazo passará por análise de viabilidade e da relação prazo, custo e benefício no âmbito do grupo de governança, levando em conta a meta em termos de prazo para a implantação do questionário unificado.

2.3. Crítica e apuração das pesquisas econômicas

- Responsáveis: COMEQ, COIND, COSEC e GCC.

A revisão dos processos de crítica e apuração das pesquisas econômicas pela COMEQ em conjunto com as equipes das pesquisas econômicas é essencial neste momento para que se possa iniciar o processo de integração dos mesmos, que será necessário para a implantação do questionário unificado. Há indicativos nas recomendações internacionais para uso de softwares únicos para o conjunto das pesquisas, especialmente no que diz respeito a microdados, etapa em que, alguns países não adotam a intervenção humana, que se dá na crítica e validação de dados agregados.

2.4. Grupo de Estudo de Registros Administrativos

- Responsáveis: CEEC, COIND, COSEC, GCC e COMEQ

Considerando as recomendações internacionais de utilização de registros administrativos para a elaboração de estatísticas econômicas, que permitiriam avançar na integração dessas estatísticas, com ganhos importantes em relevância, qualidade e harmonização, otimizar a utilização de recursos públicos e desonerar as empresas informantes, torna-se necessário instituir grupo de trabalho para estudar os registros administrativos existentes no país, que tenham, primeiramente, cobertura nacional e que tenham periodicidade definida.

Esses estudos permitirão ao IBGE avançar nas estratégias em curso no âmbito da Presidência do IBGE, visando a acordos interinstitucionais, tais como a realização de convênios com os órgãos gestores desses registros ou a identificação de casos em que será necessário propor projeto de lei para permitir a cessão dos registros administrativos individualizados ao IBGE.

Os estudos e o sucesso da mencionada estratégia propiciarão repensar o conteúdo das pesquisas econômicas do programa de trabalho regular do IBGE. O Anexo 4 apresenta as experiências internacionais relacionadas ao tema.

2.5. Tratamento de Grupos Econômicos

- Responsável: GCC

De competência de grupo de trabalho constituído no âmbito do projeto de revisão, esta frente de trabalho pretende dar continuidade à análise específica de tratamento dos dados da RFB, identificando a forma de tratamento adequada aos conceitos do SNA 2008: sede de empresas, holdings, Sociedades de Propósito Específico (SPE), atividades sem fator de produção (factorless production).

Além disso, o projeto de tratamento de grupos econômicos também incorpora módulo referente ao *profiling*, técnica utilizada pelos INE juntamente com empresas para a definição da unidade de investigação estatística de forma a coletar adequadamente as informações referentes às atividades mais importantes das mesmas.

2.6. Classificação de produtos

- Responsável: CEEC

As classificações de produtos são instrumentos elaborados no âmbito do sistema estatístico com o objetivo de classificar os bens e serviços que têm características comuns. As classificações de produtos fornecem a base para a elaboração de estatísticas sobre a produção, comércio, consumo, comércio exterior, preços e transporte desses produtos. Deve-se considerar que, apesar de seu conteúdo, dificilmente uma só classificação de produtos será suficiente para todas as necessidades estatísticas.

A reflexão em andamento na DPE tem por objetivo organizar e sintetizar as principais características conceituais relacionadas à Classificação Central de Produtos (CPC), sendo esta a classificação recomendada e gerenciada pela Comissão de Estatísticas da ONU, referência para comparabilidade internacional, e à Classificação Estatística de Produtos por Atividade da União Europeia (CPA), adotada pelos seus 27 Estados-membros para ser utilizada como uma classificação comum de referência, com vista a garantir comparabilidade entre as estatísticas de produtos nacionais, comunitárias e internacionais organizadas por setores econômicos.

Além disso, identificar como a classificação de produtos²⁰ a ser adotada impactará as pesquisas conjunturais e as estruturais, como, por exemplo, os Índices de Preços ao Produtor e a PIA-produto, assim como o Sistema de Contas Nacionais.

O documento Notas sobre a CPC e a CPA (para discussão interna) foi elaborado pela equipe da CEEC, que analisou e acolheu na medida do possível as sugestões dos consultores e especialistas, e foi enviado aos participantes do CGEE para comentários e observações. Em seguida a esses comentários, um conjunto de reuniões com os gerentes indicados pelas coordenações se fez necessário para apresentação e discussão do trabalho e identificação das próximas ações, quer em direção à adoção da CPC, tal como estabelecido numa primeira etapa do debate referente ao tema, quer para o ajuste dessa decisão. Esse processo encontra-se em andamento.²¹

2.7. Divulgação do Índice de Preços ao Produtor- Indústria Extrativa (IPP-Extrativa)

- Responsável: COIND

Ao longo do ano de 2013 e primeiro semestre de 2014, as empresas da indústria extrativa passaram a responder ao IPP. A equipe, na COIND e nas Unidades Estaduais envolvidas, dedicou-se a incluir e estabelecer um fluxo regular de informações, tendo sido realizadas visitas às unidades de empresas importantes, com vistas a implementar o IPP-extrativa. Em função do processo de implantação e reformulação de pesquisas conjunturais (PMS e PIM-PF), recursos de informática e da própria COIND precisaram ser realocados, postergando os ajustes necessários que permitiriam o início das divulgações das indústrias extrativas e por grandes categorias de uso no primeiro semestre de 2014. A partir de julho de 2014, novos prazos estão sendo discutidos e acordados.

2.8. Projeto Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES)

- Responsáveis: COIND, GCC e CEEC

Há necessidade de se rever a pesquisa, avaliando inclusive a sua continuidade, considerando a possibilidade de construir estas estatísticas a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Identificou-se a necessidade de retomar a discussão do tema e de definir qual a prioridade da pesquisa no âmbito da COIND devido às restrições de recursos humanos que

²⁰ Importante ressaltar que as pesquisas do IBGE que investigam produto – PIA – Produto, PIM-PF e IPP – utilizam como referência a Lista de Produtos da Indústria (ProdList Indústria), que está referenciada à atividade econômica de origem. A alteração do princípio ordenador, de atividade econômica de origem, para natureza intrínseca do produto, terá impacto nos levantamentos realizados.

²¹ Cabe mencionar a Classificação de Atividades Econômicas como elemento básico à integração das estatísticas econômicas e o trabalho contínuo e sistemático de aprimoramento, esclarecimento e treinamento a usuários internos e externos. A revisão da CNAE está prevista para 2017, seguindo recomendação de intervalo de 10 anos desde a última atualização.

se impõem daqui para frente. A COIND considera a possibilidade de excluir a pesquisa do plano de metas institucionais.

2.9. Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) – readequação tecnológica

- Responsável: COSEC

Há necessidade de readequação da tecnologia do sistema da PMC – em conjunto com a DI, uma vez que a tecnologia do sistema utilizado é considerada obsoleta, sendo esse aprimoramento fundamental para o prosseguimento efetivo da pesquisa, assim como para a integração das estatísticas conjunturais econômicas. Com relação à PMC, foi definida a divulgação, separando os índices de móveis e de eletrodomésticos a partir do segundo semestre de 2013, após estudos sobre a amostra, cuja conclusão apontou a significância estatística desse detalhamento de resultados.

Nível três de prioridade - Demais projetos e ações

Essa última categoria não tem predominância clara em termos do critério de aderência ao processo de reformulação. As ações que a integram estão listadas segundo os tópicos: lacunas de informações ou definições; definições metodológicas; classificações; divulgação de resultados; e extensão da utilização do cadastro de empresas.

3.1. Estatísticas de Turismo – Conta Satélite de Turismo, Pesquisa de Serviços de Hospedagem, IATUR.

3.2. Micro, pequena, média e grande empresa

3.3. Microempreendedores Individuais (MEIs)

3.4. Definição de diretrizes metodológicas

3.4.1. Deflacionamento - CONAC

3.4.2. Dessazonalização – COMEQ

3.5. Lista de códigos de operações econômicas

3.6. Divulgação das pesquisas econômicas pelas Unidades Estaduais

3.7. Sistematização da utilização do cadastro pela área social

3.1. Estatísticas de Turismo – Conta Satélite de Turismo (CST), Pesquisa de Serviços de Hospedagem (PSH), Índice sobre Atividade de Turismo (IATUR).

- Responsáveis: COSEC e CONAC

Há necessidade de definição estratégica (Direção) do escopo e tratamento das estatísticas de turismo vis-à-vis a instituição de uma plataforma institucional pelo Ministério de Turismo para desenvolver estatísticas de interesse comum, em particular para a CST. O Ministério do Turismo publicou a Portaria nº 195 de 30 de julho 2013, que institui Grupo Executivo relativo à implementação e manutenção do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo e à elaboração da CST. Informou, também, que todos os órgãos envolvidos nomearam representantes. Participam, entre outros, o Ministério do Turismo, o IBGE, o Ministério da Justiça e o Ministério da Fazenda.

Quanto à proposta de antecipação da PSH para 2014, ficou esclarecido que o interesse do Ministério é por realização de pesquisa ampla nacional que permita a criação de cadastro de estabelecimentos de hospedagem no País, o que não seria viável para o IBGE no referido ano. A COSEC, que seria a responsável pela pesquisa, inicialmente, previa a realização de nova PSH em 2015, o que precisa ser avaliado no contexto da plataforma institucional instituída e do planejamento estratégico do IBGE. Destaque-se que ainda há discussões na equipe envolvida no planejamento sobre se a coleta deveria ser feita via telefone (coleta telefônica assistida por computador), prioritariamente, tal como na primeira realização, ou se envolveria a rede de coleta.

Cabe considerar que o IATUR, índice passível de ser obtido a partir da Pesquisa Mensal de Serviços, propiciará informação inédita de interesse do Ministério do Turismo sobre o comportamento conjuntural do setor, devendo ser apreciada no âmbito da plataforma institucional agora formalizada.

3.2. Micro, pequenas, médias e grandes empresas

- Responsáveis: CEEC, COIND, COSEC, GCC e CONAC

Discutir conceitualmente o tratamento de porte de empresas é necessário já que há demandas por estudos dessa natureza, tanto internas quanto externas. Conhecer a experiência internacional no tratamento do tema por INE pode ajudar a definir a questão. Este é um dos temas transversais a serem considerados. No entanto, não há disponibilidade de equipes para tratar do assunto no curto prazo.

3.3. Microempreendedores Individuais (MEI)

- Responsável: GCC

O objetivo é estudar os registros dos Microempreendedores Individuais (MEI) no sentido de incorporá-los à análise das estatísticas do CEMPRE e também averiguar sobre a possibilidade de utilização destes registros para apoio a estudos e pesquisas sobre existência e grau de informalidade na economia do País.

3.4. Definição de diretrizes metodológicas

- Responsáveis: CONAC e COMEQ

3.4.1. Deflacionamento - CONAC

3.4.2. Dessazonalização – COMEQ

Há a necessidade de se discutir sobre a adoção, ou não, de procedimentos padronizados para o deflacionamento e para dessazonalização para as estatísticas econômicas do IBGE.

3.5. Lista de códigos de operações econômicas

- Responsáveis: CONAC e CEEC

Trabalho a ser feito em três etapas: tradução dos códigos de operações econômicas (SNA 2008), com detalhamentos nacionais, se for o caso; link dos códigos de operações econômicas com as variáveis das pesquisas econômicas; inserção dos códigos nos programas das pesquisas econômicas.

O objetivo dessa lista de códigos de operações econômicas é a perfeita harmonização com as estatísticas básicas.

3.6. Divulgação das pesquisas econômicas pelas Unidades Estaduais (UE)

- Responsáveis: DPE, CDDI e CCS

Definir, no médio prazo, como será tratada a divulgação das pesquisas econômicas pelas UE, permitindo potencializar o uso das pesquisas econômicas e aproveitando o potencial dos recursos humanos nas unidades estaduais.

3.7. Sistematização da utilização do cadastro pela área social

- Responsável: GCC

A sistematização da utilização do CEMPRE para a realização de pesquisas sociais em estabelecimentos representa um avanço em eficiência e qualidade para todas as áreas – tanto para o cadastro, quanto para as áreas sociais que já o utilizam.

Proposta de Reformulação das Estatísticas Econômicas Estruturais no IBGE

A partir do estudo da experiência e recomendações internacionais referentes à implantação de estatísticas econômicas integradas, as equipes da área econômica passaram a discutir qual seria o modelo adequado de reformulação das estatísticas econômicas estruturais no IBGE. Os modelos dos diversos países estudados são apresentados no Anexo 3.

A equipe estabeleceu que a lógica da reformulação das Estatísticas Econômicas Estruturais, como parte da estruturação do SEEI, estaria pautada nas diretrizes estabelecidas para a estruturação do Sistema, quais sejam: a adoção do SCN como marco estruturante; o reconhecimento e intensificação do uso dos registros administrativos, como fonte de informações tão fundamentais quanto as pesquisas; avanço em arranjos institucionais em direção à eficiência; a harmonização, com adoção de padrões e métodos consagrados na geração de bases de dados e respectivas análises; a implantação da cultura da gestão com vistas à integração, ponto este que é objeto também da seção seguinte, que comenta aspectos da organização dos processos de trabalho no IBGE.

No contexto do estabelecimento do projeto de reformulação do processo de produção e do programa das estatísticas econômicas, com vistas a um modelo integrado, em 2010, optou-se por iniciar o processo de reformulação pela harmonização das pesquisas econômicas estruturais do IBGE, nomeadamente as pesquisas anuais do Comércio (PAC), Indústria (PIA), Indústria da Construção (PAIC) e Serviços (PAS).

Esta opção está baseada no entendimento de que na reformulação de um sistema de pesquisas por amostragem probabilística é usual se iniciar pelas pesquisas estruturais que conformam a base do sistema, a partir da qual serão geradas as amostras das pesquisas conjunturais e as pesquisas sobre temas específicos. As definições aqui descritas referem-se à frente de trabalho 1.2 - Integração das Pesquisas Estruturais Econômicas - Questionário Unificado, aqui destacado, tanto porque possui importância fundamental na definição do SEEI, quanto porque se encontra em estágio bastante avançado de planejamento.

A necessidade de harmonização entre as pesquisas estruturais foi identificada a partir do momento em que se verificou que, ainda que na sua origem, em meados da década de 90, as pesquisas tenham sido pensadas de forma integrada, durante a sua implementação e no decorrer do tempo, elas foram divergindo dessa ideia inicial tanto em termos conceituais quanto nos procedimentos de apuração. No momento em que se identificam ênfase internacional na integração das estatísticas econômicas e novas

recomendações para o SCN é imperioso o INE rever as estatísticas econômicas básicas no sentido da incorporação dessas orientações. O trabalho de harmonização permitirá aproximar novamente as pesquisas em termos conceituais e no que se refere aos procedimentos de apuração, propiciando aplicação mais adequada dos recursos humanos e materiais. Trará, também, ganhos significativos para o Sistema de Contas Nacionais, para os informantes, pela racionalização dos questionários, e para todos os usuários das estatísticas econômicas, porque aumentará a consistência das informações e, conseqüentemente, das análises nelas baseadas.

Inicialmente, a diretriz para o projeto era seguir o modelo australiano, transformando os quatro questionários das pesquisas em um único formulário. No entanto, a análise do questionário e a consideração de que, diferentemente do IBGE, o instituto de estatística australiano tem acesso intensivo a registros administrativos que compõem as estatísticas econômicas, levaram a equipe a estudar outros modelos. Contou ainda, para esse encaminhamento, o fato de o sistema nacional de estatísticas da Austrália ser descentralizado, isto é, outras instituições também fazem levantamentos de dados primários que são considerados na construção das estatísticas econômicas.

A dificuldade de compatibilização das diferenças entre o modelo australiano e o modelo brasileiro (com um sistema nacional de estatísticas centralizado e acesso ainda restrito a registros administrativos), juntamente com as diferentes características dos sistemas produtivos dos dois países, levou a equipe a estruturar uma proposta intermediária.

A proposta adotada define que existirão dois questionários, um questionário completo, com levantamento de variáveis de forma detalhada, cujos dados deverão ser informados por empresas de maior porte (estrato certo²²), e um questionário simplificado, com levantamento de um número reduzido de variáveis, que deverão ser informadas pelas empresas de menor porte (estrato amostrado²³).

Em ambos os casos, as variáveis levantadas deverão permitir a construção de plano tabular com as seguintes estatísticas econômicas básicas:

- ✓ Número de empresas
- ✓ Aproximação do valor adicionado a preços básicos
- ✓ Número de pessoas ocupadas
- ✓ Gastos com pessoal ocupado
- ✓ Total das receitas
- ✓ Receitas da atividade

²² *Estrato certo, todas as unidades de investigação estatística são exaustivamente investigadas.*

²³ *Estrato amostrado, as unidades de investigação são selecionadas por amostragem probabilística de forma a representar o universo.*

- ✓ Gastos com materiais, produtos e serviços
- ✓ Gastos com produtos (bens) para uso na atividade
- ✓ Gastos com água e esgoto
- ✓ Gastos com combustíveis e energia elétrica
- ✓ Gastos com serviços prestados
- ✓ Aquisições líquidas de ativos

Além da definição dessas estatísticas econômicas e dos dois modelos de questionário, a equipe avançou no desenho do questionário completo e definiu que haverá variáveis comuns para indústria, construção, comércio e serviços, mas que, em casos específicos, essas variáveis poderão ser desagregadas de forma a contemplar especificidades das atividades econômicas e/ ou permitir a manutenção de séries históricas.

Para essa definição foram consideradas as experiências internacionais de adequação dos questionários básicos às especificidades das atividades econômicas e a necessidade de adequação à linguagem dos informantes. Importante ressaltar que, no que diz respeito à linguagem do informante, a equipe entendeu que, embora fosse o mais adequado, não há capacidade neste momento para desenvolver questionários específicos para cada atividade econômica com peso significativo na economia brasileira. O que se conseguiu avançar, neste momento, foi a definição de algumas variáveis específicas.

Para o questionário completo, identificaram-se as variáveis necessárias (ver no Anexo 2, aquelas referentes à Parte 1, conforme definida abaixo) para compor os seguintes blocos de informações²⁴:

MÓDULO I		Informações da empresa
Parte 1	Códigos	Abrangência Nacional e no nível da empresa
Bloco 1	1.0.0.0	Informações cadastrais e informações gerais
Bloco 2	2.0.0.0	Pessoal ocupado
Bloco 3	3.0.0.0	Receitas
Bloco 4	4.0.0.0	Gastos com Pessoal
Bloco 5	5.0.0.0	Custos e Despesas
Bloco 6	6.0.0.0	Estoques
Bloco 7	7.0.0.0	Resultado do Exercício Após a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Bloco 8	8.0.0.0	Impostos e taxas
Bloco 9	9.0.0.0	Aquisições e baixas de ativos tangíveis e intangíveis
Parte 2	a definir	Abrangência Regional e de diversificação da atividade econômica
Anexo		Relatório de não coleta ou cancelamento de coleta
MÓDULO II		Informações sobre Produtos – a definir

²⁴ Foram identificadas as variáveis e organizados os blocos para os quais são necessárias informações primárias para compor as estatísticas econômicas. Não necessariamente o questionário seguirá este fluxo e as variáveis serão apresentadas nesta linguagem ao informante.

O módulo I do questionário está definido para conter informações relativas às empresas e está dividido em duas partes. A primeira parte, cujas variáveis já foram identificadas, deverá contemplar as informações levantadas junto às empresas, com abrangência nacional.

A segunda parte, ainda em desenvolvimento, deverá responder pelas informações referentes à necessidade de regionalização das informações e de diversificação das atividades econômicas das empresas (identificação das atividades secundárias das empresas). Para tanto, foi criado um grupo de trabalho específico que está estudando os modelos internacionais e fará proposta para contemplar essas necessidades.

Também já foi identificada pela equipe a necessidade de se organizar um levantamento sobre produtos. Esse processo ainda não foi iniciado.

O Anexo 2 sintetiza as variáveis identificadas que deverão compor cada bloco da parte 1 da pesquisa econômica estrutural, para o questionário completo. Nessa identificação estão contempladas as especificidades segundo atividade econômica.

Para o questionário simplificado, ainda em discussão, foram feitos estudos considerando a participação da variável em termos de valor em cada um dos blocos, e a frequência de resposta nas pesquisas atualmente em produção. A decisão da equipe, até o momento, é que haverá apenas um questionário simplificado para qualquer atividade econômica. Essa decisão leva em conta os problemas de classificação existentes que são tanto maiores quanto menor o porte das empresas.

É importante destacar que, para a definição final das variáveis e blocos que compõem os questionários (completo e simplificado), estão participando representantes de Unidades Estaduais selecionadas de acordo com os critérios de carga de coleta e representação das cinco regiões do país, uma vez que as restrições orçamentárias não permitem a participação de todas. As UE que participam são: Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A participação desses profissionais tem sido fundamental para as definições em curso e já se observa que terão papel estratégico na definição do fluxo dos questionários, na definição da redação das questões que compõem os questionários e na consulta a empresas e escritórios de contabilidade selecionados sobre a adequação dos mesmos à linguagem dos informantes.

Deve-se destacar ainda que compõe o projeto reformular o sistema de captura de informações (sistema de coleta) de forma a permitir que as empresas, a partir de seus sistemas internos, possam exportar as informações para o sistema do IBGE.

Em paralelo, está em curso processo de revisão do plano amostral, para o qual está previsto, principalmente:

- ✓ Rever o corte do estrato certo (estudando os impactos nas pesquisas conjunturais e nas pesquisas industrial de produtos, sobre inovação e a referente à tecnologia da informação e comunicação nas empresas);
- ✓ Ampliar a abrangência geográfica da PAC e da PAS na Região Norte, uma vez que cobrem apenas capitais das Unidades da Federação e a Região Metropolitana de Belém;
- ✓ Rever o âmbito e uniformizar, entre as atividades econômicas, o tratamento dado a empresas com pessoal ocupado zero. Atualmente as pesquisas da indústria, PIA e PAIC, não têm em seu âmbito as empresas com pessoal ocupado igual a zero, enquanto que as pesquisas de comércio e serviços, PAC e PAS, têm em seu âmbito essas empresas. Há necessidade de estudar, com vistas à harmonização, se serão ou não incorporadas no âmbito das pesquisas aquelas empresas com pessoal ocupado igual a zero. O problema em retirar do âmbito essas empresas é que há empresas com pessoal ocupado igual a zero e receita relevante para a atividade econômica da empresa, ou para determinada Unidade da Federação. Esta situação é bastante comum nas pesquisas anuais de comércio e serviços, e, por isso, não pode ser ignorada, porque traria impactos significativos nas estatísticas econômicas apuradas. Uma alternativa a essa discussão seria ter acesso a informações de receita das empresas, porque permitiria considerar, no âmbito, empresas com pessoal ocupado igual a zero e receita relevante;
- ✓ Ampliar o âmbito das atividades econômicas investigadas, para incluir os serviços industriais de utilidade pública, para suprir as necessidades de informação do SCN. Atualmente, esses serviços não são investigados pelas pesquisas econômicas e a CONAC utiliza outras fontes para estimar os valores dessas atividades. O problema é que as fontes são incompletas ou não têm periodicidade definida, sendo necessário estabelecer base de dados sobre essas atividades.

Por fim, destaca-se que todo o processo de construção do novo questionário tem considerado a disponibilidade de registros administrativos para suprimir, quando a avaliação da qualidade do registro permite, o levantamento de informação junto aos informantes, significando que o avanço em arranjos institucionais que assegurem o acesso mais amplo aos registros permitirá, no futuro, aprofundar a otimização do questionário unificado.

As etapas cumpridas até o momento no âmbito do projeto de harmonização dos questionários das pesquisas econômicas estruturais foram: identificação das variáveis dos questionários dos tipos simplificado e completo (relativas à Parte 1); elaboração de

questionário preliminar completo e simplificado; apresentação da versão preliminar do questionário completo às unidades estaduais no Treinamento de Supervisores em abril de 2014.

As etapas propostas a cumprir são:

- ✓ Enviar as versões preliminares dos questionários às unidades estaduais para receber contribuições;
- ✓ Iniciar o desenvolvimento de sistema de coleta (considerando possibilidade de realização de upload de informações);
- ✓ Fórum de especialistas e usuários sobre a reformulação das estatísticas econômicas, com destaque para o debate do questionário unificado.

Considerações sobre a estruturação dos processos das áreas das estatísticas econômicas do IBGE

O modelo do processo de produção de estatísticas sugerido por organismos internacionais²⁵ favorece a internalização da cultura de gestão voltada à integração e prevê que a sua organização seja feita por etapas. Segundo esse modelo, são identificadas as seguintes etapas: planejamento, ou seja, identificação de necessidades, design, desenvolvimento da pesquisa; operacionalização, incluindo coleta (cadastro, amostra e coleta propriamente dita) e apuração (crítica de microdados e de agregados); análise e divulgação.

Orientadas por essas etapas do processo de produção, iniciaram-se as discussões sobre a estrutura (organograma) ideal para a área das estatísticas econômicas do IBGE. Essa estrutura foi discutida em muitas reuniões do CGEE. Toda a discussão esteve atrelada aos temas que envolvem todas as coordenações da área econômica e ao esquema temático (preliminar) para o SEEI.

A proposta inicial de reorganização da área econômica foi elaborada segundo a lógica dos processos da pesquisa, entendido esse modelo como a segmentação de partes do processo de produção das estatísticas em estruturas funcionais separadas.

A primeira proposta de organização discutida foi sua estruturação em três áreas, com separação dos processos de trabalho nas etapas de apuração e análise e separação das etapas de apuração entre crítica de microdados e crítica de agregados em duas áreas distintas. Nesse caso, avaliou-se que não seria possível a equipe gerencial, por seu intenso envolvimento com as operações em andamento, desenhar proposta detalhada de organograma, o que requereria a contratação de consultoria, além do intenso acompanhamento e suporte e posterior decisão por instâncias superiores. Nesse contexto, surgiu ainda a preocupação com a pertinência de um processo desse tipo ocorrer apenas em parte da instituição.

²⁵ Em particular, destaca-se o *Generic Statistical Business Process Model [Joint UNECE/Eurostat/OECD Work Session on Statistical Metadata (METIS), Generic Statistical Business Process Model, Version 3.1 – December 2008, Prepared by the UNECE Secretariat.]*

Proposta de suporte para a discussão e avaliação de estrutura da área econômica organizada por processo

Modelo de transição		Subdiretoria-Econômicas		
		Área 1	Área 2	Área 3
Fluxo de atividades Conjuntural	Mensal	Relação Interna e externa com produtores e usuários especializados	Cadastro - gerenciamento banco de dados	(Critica de microdados dados - modelo futuro) imputação
	Trimestral	Planejamento e cronogramas	Atualização de Questionários	Expansão da amostra
	...	Acompanhamento dos projetos	Atualização de série histórica	Geração de relatórios diversos
		Acompanhamento da infraestrutura (definição modelo e logística)	Preparação de cadastro para coleta	Calculo de indicadores e ajustamento sazonal
		Novos projetos	Atualização de informação para emissão	Comentários/Sumario executivo
		Revisão de métodos	Gerar arquivos ou liberar senhas	Material internet
		Arquivamento	Aprimoramento de sistemas p/inicio coleta	Aprimoramento de sistemas para apuração e análise de dados agregados
			Acompanhar a coleta	Aprovação press-release
			Critica de dados; imputação (falta automática)	Apresentação ppt
	Relação com informantes		Disseminação/atendimento usuário ...	
		Coleta - Grandes empresas		
Fluxo de atividades Estruturais (regular e não regular)	Anual		Validação CBS; Seleção de Amostra;	Critica de agregados (evolução; indicadores; estrutura; regional/setorial; UF x munic; empresas vip; vip especiais...)
			Preparação - instrumentos de coleta	
	Bienal		Preparação e controle de cadastro	Plano tabular; elaboração de comentários; tabelas e gráficos
	Quinquenal		Critica de classificação e FAC	Expansão da amostra
	...		Aprimoramento de sistemas p/inicio coleta	Material CD e Internet
			Treinamentos	Material CDDI
		Critica de microdados (erros de consistência; classificação; variáveis básicas e derivadas; codificação; <u>modelo de transição -obs iv)</u>	Aprovação press-release Apresentação ppt; Disseminação	
Fluxo de Estudos e Pesquisas				

Regra 3 anos para rotação de técnicos conforme conveniência e oportunidade da instituição

Alertas: i) operacional - engessamento e barreiras burocráticas; ii) Papel do cadastro (como datawarehouse) iii) Relacionamento com a DI e com CONAC iv) modelo de transição - em função do perfil dos técnicos do quadro atual.

A partir de diversos pontos de indagação levantados pelos membros do CGEE, e tendo em vista que o processo de reestruturação mais abrangente da DPE foi adiado, surgiu

uma proposta intermediária necessária para lidar com duas principais questões: aceleração dos processos de aposentadorias em 2013 e 2014 e/ou exonerações por outros motivos; e mudança do perfil de recursos humanos, que passará a ser quase integralmente de nível superior em 2015. O pressuposto básico era não ter custos para a instituição (não poderiam ser criados novos cargos).

Dadas essas limitações, um subgrupo do CGEE – Diretora de Pesquisas, Diretora de Pesquisas Substituta, Coordenadora das Estatísticas Econômicas e Classificações, Coordenadora de Serviços e Comércio, Coordenador de Indústria e Gerente do Cadastro Central de Empresas – elaborou uma proposta de reestruturação tendo em vista, além dos elementos já citados, o grau de informatização dos processos de coleta, os avanços metodológicos e tecnológicos requeridos para as demais etapas do processo de pesquisa, a futura composição das equipes e seu tamanho, que será substancialmente menor.

Houve o entendimento de que não seria adequado efetuar a separação dos processos de apuração e análise, e, menos ainda, das etapas do processo de apuração, especialmente, levando-se em conta o perfil do quadro funcional em transição (passando a ser quase que integralmente de nível superior).

Isso porque se avalia que processos que são extremamente correlacionados (como é o caso da crítica, apuração e análise) devem ficar em áreas próximas, mesmo que em gerências distintas, mas dentro da mesma estrutura de coordenação. Caso contrário, corre-se o risco de serem processos descolados e pouco integrados. Nesse mesmo sentido da integração, é possível observar hoje a inserção de profissionais de nível superior nessas etapas, um ‘natural’ acompanhamento sobre todos os processos, e menos especialização em uma única etapa, como acontecia no passado. É comum ver, já hoje, profissionais de nível superior participando do processo de acompanhamento da coleta e, ao mesmo tempo, fazendo a análise de resultados. E esse movimento, ao longo do tempo, tende a aumentar com a mudança do perfil do quadro funcional, conforme já destacado.

Considerando essas reflexões, o grupo optou pela integração das etapas de cada uma das pesquisas anuais (quando havia separação entre apuração e análise), e a integração das pesquisas mensais, por entender que, neste momento, isso traria um ganho efetivo significativo por permitir redução na replicação de processos e integração dos processos semelhantes, além de potencializar a formação de setorialistas no médio prazo.

Outra alteração fundamental para as pesquisas estruturais é a integração das equipes de métodos estatísticos que atuam nas áreas temáticas – permitindo avançar na harmonização dos procedimentos das pesquisas estruturais, o que facilitará a preparação para a pesquisa de atividades econômicas (harmonização entre as quatro pesquisas estruturais econômicas).

Essa reestruturação seria uma etapa preliminar necessária para avançar na integração das pesquisas anuais e das estatísticas econômicas.

Do ponto de vista das pesquisas conjunturais, a proposta das coordenações é de que as equipes passem a atuar de forma a integrar diversas pesquisas, orientados pela atividade econômica – com a formação de especialistas por setor econômico. Importante destacar que parte das equipes das pesquisas conjunturais já atua de forma a integrar todo o processo de produção – da coleta à divulgação. Após a formação de especialistas, a integração de todas as etapas seria estendida a todos os profissionais – uma vez que as equipes estarão formadas quase que integralmente por profissionais de nível superior.

Por fim, destaca-se a proposta de reforço à equipe do CEMPRE que seguiu em duas linhas para a área econômica: gerenciamento por especialista em classificação do sistema de manutenção cadastral (aperfeiçoando o cadastro básico de seleção e reduzindo os problemas de classificação econômica das amostras); e aumento da capacidade de recepção e tratamento de registros administrativos para a produção de estatísticas econômicas.

Neste ponto, é importante destacar que a proposta do cadastro foi baseada nas experiências e recomendações internacionais de integração de estatísticas econômicas, intercâmbio de informações (poder utilizar informações complementares de outras pesquisas, que por questões de amostra podem ser integradas, e de registros de informação), e composição de BDI com manutenção de séries históricas, registros originais e trabalhados (criticados), e com funcionalidades para o processo de apuração.

Adicionalmente, foi sugerida a criação de uma equipe dedicada ao cadastro de empresas da agropecuária para atuar de forma integrada com a equipe responsável pelo CEMPRE. O modelo de estatísticas econômicas integradas prevê que, no futuro, a experiência acumulada com a criação, gestão e manutenção do CEMPRE contribuirá para a implantação do BDI, infraestrutura básica à abordagem de integração das estatísticas econômicas. A integração deve incluir em parte os aspectos relacionados à atividade agropecuária.

Observações finais

As recomendações internacionais para integração das estatísticas econômicas têm orientado o projeto de revisão do processo de produção e do programa das estatísticas econômicas brasileiras. As diretrizes fundamentais para a condução desse projeto têm sido o SCN, visto como seu marco estruturante conceitual, a otimização da utilização de recursos públicos e desoneração dos informantes, a partir do reconhecimento dos registros administrativos como fontes de informação estatísticas tão relevantes quanto as pesquisas, requerendo, portanto, o adequado tratamento metodológico e o estabelecimento de protocolos de acesso para o uso estatístico.

Os membros do CGEE consideram estratégicas as articulações, através de fóruns de discussão e outros arranjos institucionais, entre todos os produtores de informações, por meio de registros administrativos ou pesquisas, com vistas à coordenação das ações e ao intercâmbio de dados. Também identificam, como fundamentais, os contatos com produtores e usuários, visando à validação do conteúdo temático do sistema de estatísticas econômicas integradas.

O estabelecimento dessas articulações é consistente com as necessidades das definições das políticas econômicas, dos estudos acadêmicos e da tomada de decisão pelos agentes econômicos e da sociedade em geral, sendo recomendado pela experiência internacional, assim como pela nacional, a exemplo de outros importantes projetos de reformulação em curso no IBGE. No caso das estatísticas econômicas, esses arranjos institucionais se revestem de particular importância, tendo em vista que a produção de dados e de estatísticas macroeconômicas está na responsabilidade de diferentes instituições.

O projeto está desenhado para ser orientador da ação em conjunto das diversas áreas técnicas que respondem pelas estatísticas econômicas do IBGE, quais sejam, estatísticas econômicas, indústria, serviços e comércio, contas nacionais, métodos e qualidade e da gerência do cadastro central de empresas. Nesse processo de reformulação, somam-se às citadas equipes, as UE que têm papel fundamental na definição e viabilização do sistema.

Finalmente, cabe ratificar que o projeto de reformulação, tomando por base a harmonização de conceitos, métodos e definições, as mencionadas articulações interinstitucionais e o requerido redimensionamento dos recursos humanos, materiais e de informática, tem por propósito desenhar e implantar, efetivamente, um SEEI no País.

Referências bibliográficas

BRODEUR, Marie; KOUMANAKOS, Peter; LEDUC, Jean; RANCOURT, Éric and WILSON, Karen (2006). *The Integrated Approach to Economic Surveys. Enterprise Statistics Division, in Canada*. Statistics Canada. Published by authority of the Minister responsible for Statistics Canada © Minister of Industry, 2006, Nov.

EUROSTAT (2010). *Business registers - Recommendations manual*. Methodologies and working papers. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

UNECE (2008). *Generic Statistical Business Process Model*, Joint UNECE/Eurostat/OECD Work Session on Statistical Metadata (METIS), Generic Statistical Business Process Model, Version 3.1 – December 2008, Prepared by the UNECE Secretariat.

United Nations (2009). *System of National Accounts 2008*. European Communities, International Monetary Fund, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations and World Bank.

United Nations (2013), *Guidelines on Integrated Economic Statistics*, Department of Economic and Social Affairs, Studies in Methods, Series F, New York.

Websites

Australian Bureau of Statistics Website (2013),
<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Lookup/8155.0Explanatory%20Notes12010-11?OpenDocument#> (Acesso em abril de 2013)

Australian Bureau of Statistics Website (2013),
<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/dossbytitle/F3614B9BB5A9F1DDCA256BD000287CA7?OpenDocument> (Acesso em abril de 2013)

Australian Bureau of Statistics Website (2013),
<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Latestproducts/C8357879ECA80ACACA2572C100244CF2> IBGE, Cadastro Central de Empresas,
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/> (Acesso em abril de 2013)

Australian Bureau of Statistics Website (2013),
<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Latestproducts/8155.0Technical%20Note12010-11?opendocument&tabname=Notes&prodno=8155.0&issue=2010-11&num=&view=>
Acesso em abril de 2013)

EUROSTAT Website (2012),
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/microdata/introduction>;
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/microdata/documents/EN-CIS-MICRODATA.pdf>; http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_SDDS/en/inn_esms.htm,
(Acesso em 15/09/2012)

IBGE, Comissão Nacional de Classificações,
<http://concla.ibge.gov.br/>

IBGE, Fóruns do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem da Agropecuária, <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/prpa/default.shtm>

IBGE, Fóruns Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/default.shtm>

IBGE, Notas metodológicas sobre SCN 2010, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN_2010.shtm.

INE da Espanha Website. (Acesso em 15/09/2012).

Office for National Statistics Website (2013), *Annual Business Survey, Technical Report*. Office for National Statistics, UK. Ago. 2013. <http://www.ons.gov.uk/ons/guidemethod/method-quality/specific/business-and-energy/annual-businesssurvey/quality-and-methods/index.html> (Acesso em 10/05/2013).

Office for National Statistics Website (2013), *Launch of the Annual Business Inquiry. Technical Report*. Office for National Statistics, UK. feb.2013. <http://www.ons.gov.uk/ons/search/index.html?newquery=the+launch+of+the+annual+business+inquiry>. (Acesso em 10/05/2013).

Office for National Statistics Website (2013), *Quality and Methodology Information (QMI). Annual Business Survey*. Office for National Statistics, UK. feb. 2013: <http://www.ons.gov.uk/ons/guide-method/method-quality/specific/business-andenergy/annual-business-survey/quality-and-methods/index.html> (Acesso 10/05/2013).

Statistics Canada Website (2013), <http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=2103&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2#a2>. (Acesso em abril de 2013).

Statistics New Zealand Website (2013), <http://www2.stats.govt.nz/domino/external/omni/omni.nsf/bf3c32a862ae07cd4c25656e000031c6/6b92e6bb5da39ddbcc257902000895e5?OpenDocument#Design> (Acesso em março de 2013).

Statistics New Zealand Website (2013), http://www.stats.govt.nz/browse_for_stats/businesses/business_finance/Annual-Enterprise-Survey_HOTP09/Technical%20Notes.aspx (Acesso em março de 2013).

Statistics New Zealand Website (2013), http://www.stats.govt.nz/browse_for_stats/businesses/business_finance/Annual-Enterprise-Survey_HOTP10/Data%20Quality.aspx (Acesso em março de 2013).

United Nations Statistical Commission (2008), *Documento preparado para apoiar as deliberações 39ª Sessão da Comissão sobre as estatísticas econômicas integradas*, <http://unstats.un.org/unsd/statcom/doc08/2008-6-IntegratedEcoStats-E.pdf>

United Nations (2014), *Fundamental Principles of Official Statistics*, <http://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>

ANEXOS

Anexo 1

Comitê de Governança das Estatísticas Econômicas - CGEE

Foi criado pela Diretoria de Pesquisas, no primeiro trimestre de 2012, o CGEE do Projeto de revisão do processo de produção e do programa das estatísticas econômicas. Este comitê conta com a participação dos seguintes coordenadores: CEEC, CONAC, COIND, COSEC e COMEQ. Conta também com a participação do gerente da GCC, e dois técnicos da CEEC e da CONAC.

Diretoria de Pesquisas - DPE

Roberto Luis Olinto Ramos (a partir de agosto de 2014)

Marcia Maria Quintslr (2012 a abril de 2014)

Zélia Magalhães Bianchini

Coordenação de Estatísticas Econômicas e Classificações – CEEC

Sidnéia Reis Cardoso (2012)

Priscila Koeller Rodrigues Vieira

Marcia Maria Quintslr (a partir de maio de 2014)

Gerência do Cadastro Central de Empresas – GCC

Bruno Erbisti Garcia

Coordenação de Serviços e Comércio – COSEC

Vânia Maria Carelli Prata

Coordenação de Contas Nacionais – CONAC

Roberto Luis Olinto Ramos

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Coordenação de Indústria – COIND

Flávio Renato Keim Magheli

Coordenação de Métodos e Qualidade – COMEQ

Sonia Albieri

Maria Luiza Barcellos Zacharias

Anexo 2

Reformulação das Estatísticas Econômicas Estruturais - Variáveis que integram o questionário completo

Esquema geral agregado preliminar do questionário da Pesquisa Anual de Atividades Econômicas (nome provisório)

MÓDULO I		Informações sobre a Atividade Econômica
Parte 1	Códigos	Abrangência Nacional e no nível da empresa
Bloco 1	1.0.0.0	Informações cadastrais e informações gerais
Bloco 2	2.0.0.0	Pessoal ocupado
Bloco 3	3.0.0.0	Receitas
Bloco 4	4.0.0.0	Gastos com Pessoal
Bloco 5	5.0.0.0	Custos e Despesas
Bloco 6	6.0.0.0	Estoques
Bloco 7	7.0.0.0	Resultado do Exercício Após a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Bloco 8	8.0.0.0	Impostos e taxas
Bloco 9	9.0.0.0	Aquisições e baixas de ativos tangíveis e intangíveis
Parte 2	a definir	Abrangência Regional e de diversificação da atividade econômica
Anexo		Relatório de não coleta ou cancelamento de coleta
MÓDULO II		Informações sobre Produtos – a definir

Esquema geral preliminar do questionário padrão da Pesquisa Anual de Atividades Econômicas (nome provisório da pesquisa)

MÓDULO I	Informações sobre a Atividade Econômica			
Parte 1	Abrangência Nacional e no nível da empresa	Códigos		
Bloco 1	Informações cadastrais e informações gerais	1.0.0.0	1.1.0.0	Identificação da empresa
			1.2.0.0	Dados cadastrais da empresa
			1.3.0.0	Dados da unidade de coleta
			1.4.0.0	Situação de atividade da empresa
			1.5.0.0	Mudanças cadastrais
			1.6.0.0	Participação em consórcio
			1.7.0.0	Regime de tributação
			1.8.0.0	Grupo econômico
			1.9.0.0	Atividade econômica
Parte 2	Pessoal ocupado	2.0.0.0	2.1.0.0	Pessoal ocupado assalariado
			2.2.0.0	Proprietário ou sócio trabalhando
			2.3.0.0	Sócio cooperado
			2.4.0.0	Membros não remunerados

Parte 3	Receitas	3.0.0.0		
			3.1.0.0	Receitas da atividade
			3.2.0.0	Outras receitas
			3.3.0.0	Destino das vendas de produtos e/ou serviços por categoria de cliente - em %
			3.4.0.0	Receita por tipo de obras e/ou serviços de construção
Parte 4	Gastos com Pessoal	4.0.0.0	4.0.0.0	Gastos com Pessoal
Parte 5	Custos e Despesas	5.0.0.0	5.1.0.0	Compras de bens
			5.2.0.0	Gastos com aluguéis, seguros e serviços prestados às empresas
			5.3.0.0	Demais custos e despesas, provisões e distribuição dos lucros
Parte 6	Estoques	6.0.0.0	6.1.0.0	Estoques de materiais/produtos usados como insumos ou para consumo corrente da empresa
			6.2.0.0	Estoques de bens/mercadorias adquiridas de terceiros para revenda
			6.3.0.0	Estoques de produtos em elaboração/imóveis em construção
			6.4.0.0	Estoques de produtos acabados de fabricação própria/ imóveis para venda de construção própria
Parte 7	Resultado do Exercício Após a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido	7.0.0.0	7.1.0.0	Lucro
			7.2.0.0	Prejuízo
Parte 8	Impostos e taxas	8.0.0.0		Impostos
Parte 9	Aquisições e baixas de ativos tangíveis e intangíveis	9.0.0.0		
			9.1.0.0	Ativo imobilizado
			9.2.0.0	Ativos intangíveis
Bloco II	Informações regionalizadas e no nível da UL			a definir
Anexo	Relatório de não coleta ou cancelamento de coleta			
MÓDULO II	Informações sobre Produtos			a definir

Serão detalhadas as variáveis da Parte I – Abrangência Nacional e no nível da empresa, que compõem o módulo I da Pesquisa Anual de Atividades Econômicas (nome provisório). As variáveis detalhadas referem-se àquelas que serão investigadas para todas as atividades econômicas. Importante ressaltar que:

- ✓ Trata-se de proposta preliminar, ainda sujeita a aperfeiçoamentos;
- ✓ Estão sendo definidas variáveis específicas, que serão desagregações dessas variáveis que cobrirão todas as atividades econômicas, para atividades econômicas pré-definidas. Essa desagregação de variáveis tem como critério: necessidades identificadas para o Sistema de Contas Nacionais; necessidades identificadas para a conformação de estatísticas econômicas básicas; serão detalhadas apenas para as empresas respondentes do questionário completo. A codificação proposta será objeto de revisão.

MÓDULO I Informações da empresa

PARTE I - Abrangência Nacional e no nível da empresa

Bloco 1 – Código de variável 1.0.0.0 - Informações cadastrais e informações gerais

Objetivos:

- ✓ Manter atualizadas as informações cadastrais das empresas que compõem a amostra e as informações de contato com as mesmas.
- ✓ Confirmar a classificação segundo a CNAE de seleção, verificando a consistência da CNAE existente no CEMPRE com a correspondente à atividade econômica desenvolvida pela empresa e suas respectivas unidades locais, quando for o caso.
- ✓ Identificar e acompanhar os processos de sucessões nas empresas – fusões, aquisições ou cisões, importantes para os estudos sobre demografia de empresas.
- ✓ Identificar o regime de tributação das empresas segundo o qual as empresas poderão prestar informações organizadas sobre os impostos e taxas recolhidos.

Variáveis:

1.1.0.0 Identificação da empresa

1.1.1.0 Firma ou razão social

1.1.2.0 CNPJ: raiz

1.2.0.0 Dados cadastrais ou atualização de dados cadastrais da sede da empresa

1.2.1.0 Sufixo da unidade sede

1.2.2.0 Nome fantasia da sede

1.2.3.0 Endereço completo

1.2.4.0 CEP

1.2.5.0 Município

1.2.6.0 UF

1.2.7.0 Telefone com DDD e ramal

1.2.8.0 Webpage

1.3.0.0 Dados da unidade de coleta

1.3.1.0 Na própria empresa

1.3.1.1 Na sede

1.3.1.2 Em outra Unidade local da empresa

1.3.2.0 Fora da empresa

1.3.2.1 Em empresa de contabilidade ou contador autônomo - serviços de contabilidade terceirizados

1.3.2.2 Em unidade do grupo econômico ao qual a empresa pertence

1.4.0.0 Situação de atividade da empresa

1.4.1.0 Data de efetivo início das atividades produtivas da empresa

1.4.2.0 Situação cadastral da empresa no ano da pesquisa

1.4.2.1 Ativa

1.4.2.1.1 Ativa em operação normal

1.4.2.1.2 Ativa em operação parcial

1.4.2.1.3 Em implantação

1.4.2.2 Paralisada

1.4.2.3 Inativa

1.5.0.0 Mudanças estruturais

1.5.1.0 Não houve mudança estrutural

1.5.2.0 Houve mudanças estruturais

Se sim, assinalar o tipo e completar informações solicitadas

1.5.2.1 Fusão

1.5.2.2 Incorporação de outras empresas

1.5.2.3 Incorporação por outra empresa

1.5.2.4 Cisão total

1.5.2.5 Cisão parcial

1.6.0.0 Participação em consórcio (exclusivo para empresas de construção)

1.6.1.0 Sim, informar CNPJ das consorciadas

1.6.2.0 Não

1.7.0.0 Regime de tributação da empresa

1.7.1.0 Lucro real

1.7.2.0 Lucro presumido ou arbitrado

1.7.3.0 Sistema "Simples Nacional"

1.7.4.0 Imune ou isenta

1.9.0.0 Atividade econômica

1.9.1.0 Confirmação da CNAE de seleção

1.9.1.1 Sim

1.9.1.2 Não, informar a CNAE

1.9.2.0 Descrição dos principais produtos produzidos; ou comercializados; e/ou serviços realizados, por ordem de participação na receita (% da receita)

Bloco 2 – Código de variável 2.0.0.0 - Pessoal ocupado

Objetivos:

- ✓ Enumerar pessoal ocupado nas empresas (e unidades locais, quando for o caso).
- ✓ Permitir aperfeiçoamento do desenho das amostras, ao atualizar as informações cadastrais, pois é utilizada nos processos de apuração das pesquisas (a amostra é definida a partir dos dados de pessoal ocupado).
- ✓ Permitir a produção de estatísticas para empresas por porte, quando o porte é definido por pessoal ocupado, e estatísticas sobre salário médio, por exemplo.

Variáveis:

- 2.1.0.0 Pessoal ocupado assalariado
- 2.2.0.0 Proprietário ou sócio trabalhando
- 2.3.0.0 Sócio cooperado
- 2.4.0.0 Membros não remunerados

Bloco 3 – Código da variável 3.0.0.0 - Receitas

Objetivos:

- ✓ O bloco de receitas é importante subsídio para o Sistema de Contas Nacionais, particularmente para a Conta de Produção das empresas não financeiras.
- ✓ Permite também definir receitas por atividade econômica, e, juntamente com outras variáveis, definir a variável “Aproximação do Valor Adicionado a preços básicos”.
- ✓ Permite elaborar estatísticas de porte de empresas, quando o porte é definido a partir da receita.

Variáveis

- 3.1.0.0 Receita da atividade
 - 3.1.1.0 Venda de produtos de produção própria
 - 3.1.1.1 Venda de produtos minerais e manufaturados de produção própria
 - 3.1.1.9 Venda de outros produtos de produção própria
 - 3.1.2.0 Venda de bens/mercadorias adquiridas de terceiros
 - 3.1.2.1 Venda de mercadorias adquiridas de terceiros
 - 3.1.2.2 Venda de imóveis e terrenos adquiridos para revenda
 - 3.1.3.0 Prestação de serviços
 - 3.1.3.1 Serviços industriais, de apoio à mineração, de fabricação sob encomenda e, de instalação, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos
 - 3.1.3.2 Serviços de construção e de incorporação
 - 3.1.3.3 Serviços de transporte
 - 3.1.3.9 Outros serviços
 - 3.1.4.0 Receita bruta
 - 3.1.5.0 Deduções
 - 3.1.5.1 Vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais
 - 3.1.5.2 Impostos incidentes sobre venda e serviços
 - 3.1.6.0 Receita líquida
- 3.2.0.0 Outras receitas
 - 3.2.1.0 Aluguéis e arrendamentos de imóveis, terrenos, máquinas e equipamentos
 - 3.2.2.0 Subsídios e subvenções
 - 3.2.3.1 Resultado positivo em participações societárias e receitas de juros sobre capital próprio
 - 3.2.3.2 Outras receitas financeiras

- 3.2.4.0 Demais receitas operacionais
- 3.2.5.0 Outras receitas não operacionais

- 3.3.0.0 Destino das vendas de produtos e/ou serviços por categoria de cliente
 - em %
 - 3.3.1.0 Exportação direta
 - 3.3.2.0 Entidades empresariais e sem fins lucrativos
 - 3.3.2.1 Entidades empresariais e sem fins lucrativos no comércio
 - 3.3.2.2 Entidades empresariais e sem fins lucrativos em outras atividades
 - 3.3.3.0 Entidades e órgãos públicos da administração direta e indireta
 - 3.3.4.0 Público em geral

Bloco 4 – Código de variável 4.0.0.0 - Gastos com Pessoal

Objetivos:

- ✓ O levantamento de informações de gastos com pessoal permite informar à Conta da Renda do Sistema de Contas Nacionais, em relação ao setor institucional empresas não financeiras.
- ✓ Permite produzir estatísticas como salário médio por atividade econômica, por exemplo.

Variáveis:

- 4.1.0.0 Salários pagos a empregados
- 4.2.0.0 Participação nos lucros dos empregados
- 4.3.0.0 Remuneração dos sócios cooperados
- 4.4.0.0 Retirada pro-labore do proprietário ou dos sócios e honorários da diretoria
 - 4.5.1.0 Contribuições para previdência social - parte da empresa
 - 4.5.2.0 FGTS
- 4.6.0.0 Contribuições para a previdência privada - parte da empresa
- 4.7.0.0 Indenizações trabalhistas
- 4.8.0.0 Benefícios concedidos aos empregados

Bloco 5 – Código de variável 5.0.0.0 - Custos e Despesas

Objetivos:

- ✓ As variáveis de custos e despesas informam o Sistema de Contas Nacionais quanto ao consumo intermediário das empresas não financeiras.
- ✓ Para estatísticas econômicas, permite, juntamente com outras variáveis, definir a variável “Aproximação do Valor Adicionado a preços básicos”, a partir do levantamento de informações sobre Gastos com materiais, produtos e serviços, que se desmembram em: Gastos com produtos (bens) para uso na atividade, Gastos com água e esgoto,

Gastos com Combustíveis e energia elétrica, Gastos com serviços prestados.

- ✓ As informações sobre gastos com água e esgoto, e combustíveis e energia elétrica podem subsidiar a elaboração de contas ambientais.

Variáveis

5.1.0.0 Compras de bens

5.1.1.0 Materiais/produtos usados como insumo ou CI

5.1.1.1 Matérias primas, componentes, materiais auxiliares usados na fabricação de produtos

5.1.1.2 Embalagens

5.1.1.3 Materiais de construção

5.1.1.4 Peças e acessórios

5.1.1.5 Materiais de consumo e outros materiais de reposição usados na prestação de serviços

5.1.1.9 Demais materiais e produtos usados para consumo corrente da empresa, n.e.a.

5.1.2.0 Combustíveis, eletricidade e água

5.1.2.1 Combustíveis

5.1.2.1.1 Combustíveis consumidos para acionar máquinas e equipamentos

5.1.2.1.2 Combustíveis para uso em meios de transporte

5.1.2.1.3 Gás encanado e bujão; lenha; carvão

5.1.2.2 Eletricidade

5.1.2.2.1 Eletricidade consumida no processo produtivo industrial

5.1.2.3 Água

5.1.3.0 Compras de bens para revenda

5.1.3.1 Mercadorias adquiridas de terceiros p/ revenda

5.1.3.2 Imóveis e terrenos adquiridos p/ revenda

5.2.0.0 Gastos com aluguéis, seguros e serviços prestados à empresa

5.2.0.1 Aluguéis e arrendamentos de imóveis, terrenos, espaços físicos

5.2.0.2 Aluguel ou leasing operacional de máquinas, equipamentos, meios de transporte e outros bens, sem operador

5.2.0.3 Prêmios de seguros

5.2.0.4 Serviços industriais, de apoio à mineração e de fabricação sob encomenda

5.2.0.5 Serviços de reparação e manutenção de máquinas e equipamentos; de reparação e manutenção de meios de transporte

5.2.0.6 Contratação e subcontratação de obras e serviços de construção; serviços de incorporação

5.2.0.7 Comissões a representantes e agentes de comércio, corretores e outros intermediários

5.2.0.8 Serviços de transporte - fretes, carretos

5.2.0.9 Armazenagem, manuseio de carga, agenciamento e organização do transporte de carga

5.2.0.10 Serviços de telefonia, acesso à internet e outros de telecomunicações

5.2.1.1 Direito autoral, franquias, marcas e patentes, transmissão de sons e imagens, outros usos de propriedade intelectual de terceiros

5.2.1.3 Publicidade e promoção de vendas

5.2.1.4 Serviços técnico-profissionais

5.2.1.5 Serviços de vigilância e limpeza

5.2.9.9 Outros serviços prestados à empresa

- 5.3.0.0 Demais custos e despesas, provisões e distribuição dos lucros
 - 5.3.1.0 Depreciação, royalties e concessões
 - 5.3.1.1 Depreciação, amortização e exaustão
 - 5.3.1.2 Royalties s/ produção mineral
 - 5.3.1.3 Concessões
 - 5.3.1.4 Custo de terrenos para obras
 - 5.3.2.0 Despesas financeiras
 - 5.3.2.1 Variações monetárias passivas
 - 5.3.2.2 Resultados negativos de %
 - 5.3.2.3 Despesas bancárias
 - 5.3.2.9 Outras despesas financeiras
 - 5.3.3.0 Provisões e distribuição de lucros
 - 5.3.3.1 Provisão para IRPJ e CSLL
 - 5.3.3.2 Outras provisões
 - 5.3.3.3 Distribuição dos Lucros aos Acionistas ou Sócios Proprietários
 - 5.3.4.0 Demais custos e despesas

Bloco 6 - Código de variável 6.0.0.0 – Estoques

Objetivo:

- ✓ As variáveis de estoque permitem calcular o Custo de Mercadorias Vendidas (CMV).

Variáveis

6.0.0.0 Estoques

- 6.1.0.0 Estoques de materiais / produtos usados como insumos ou para consumo corrente da empresa
 - 6.1.0.1 Estoques de materiais / produtos usados como insumos ou para consumo corrente da empresa 31/12/ano n-1
 - 6.1.0.2 Estoques de materiais / produtos usados como insumos ou para consumo corrente da empresa 31/12/ano n
- 6.2.0.0 Estoques de bens/mercadorias adquiridas de terceiros para revenda
 - 6.2.1.0 Estoques de mercadorias adquiridas de terceiros para revenda
 - 6.2.1.1 Estoques de mercadorias adquiridas de terceiros para revenda 31/12/ano n-1
 - 6.2.1.2 Estoques de mercadorias adquiridas de terceiros para revenda 31/12/ano n
 - 6.2.2.0 Estoques de imóveis e terrenos adquiridos de terceiros para revenda
 - 6.2.2.1 Estoques de imóveis e terrenos adquiridos de terceiros para revenda 31/12/ano n-1
 - 6.2.2.2 Estoques de imóveis e terrenos adquiridos de terceiros para revenda 31/12/ano n
- 6.3.0.0 Estoques de produtos em elaboração/imóveis em construção
 - 6.3.0.1 Estoques de produtos em elaboração/imóveis em construção 31/12/ano n-1
 - 6.3.0.2 Estoques de produtos em elaboração/imóveis em construção 31/12/ano n
- 6.4.0.0 Estoques de produtos acabados de fabricação própria/ imóveis para

- venda de construção própria
- 6.4.0.1 Estoques de produtos acabados de fabricação própria/ imóveis para venda de construção própria 31/12/n-1
- 6.4.0.2 Estoques de produtos acabados de fabricação própria/ imóveis para venda de construção própria 31/12/n

Bloco 7 – Código de variável 7.0.0.0 - Resultado do Exercício Após a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Objetivo:

- ✓ São variáveis de crítica da consistência dos questionários, que permitem o fechamento contábil.

Variáveis

- 7.0.0.0 Resultado do Exercício Após a Provisão do IR e CSLL
- 7.2.0.0 Lucro
- 7.3.0.0 Prejuízo

Bloco 8 – Código de variável 8.0.0.0 - Impostos e taxas

Objetivos:

- ✓ Subsídio para o Sistema de Contas Nacionais (SCN), na definição de impostos e taxas, impostos sobre a renda, impostos sobre a propriedade e impostos por atividade econômica, quando não há registros administrativos suficientemente organizados, ou disponibilizados ao IBGE pelos órgãos gestores com a necessária desagregação.
- ✓ Viabiliza aprimoramento da conta da renda do Sistema de Contas Nacionais com a identificação de IPTU e IPVA por atividade econômica.
- ✓ Os impostos devem estar separados conforme a seguir (estes grupos permitem a separação das grandes categorias do SCN):
 - ✓ impostos sobre produtos (descritos como impostos sobre bens e serviços, por exemplo, COFINS e PIS/PASEP),
 - ✓ impostos sobre a renda (IRPJ e CSLL),
 - ✓ impostos sobre a propriedade (IPTU, IPVA)
 - ✓ demais impostos.
- ✓ Outro ponto se refere à introdução do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), cuja classificação foi alterada para imposto sobre produto na nova base de contas nacionais, em consonância com o tratamento recomendado pelo SNA para os custos de transferência de capital.

Obs.: Este bloco de informações será respondido de acordo com o regime de tributação da empresa.

Variáveis

- 8.1.0.0 Impostos sobre produtos (bens e serviços)
 - 8.1.1.0 Imposto sobre Produtos industrializados - IPI - sobre vendas do ano
 - 8.1.2.0 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS – sobre vendas do ano

8.1.3.0 Imposto sobre Serviços - ISS
8.1.4.0 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF
8.1.5.0 Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)

8.2.3.0 Contribuição p/ financiamento da seguridade social - COFINS
8.2.4.0 PIS/PASEP

8.2.0.0 Impostos sobre renda// receita /lucro (IRPJ/CSLL)

8.3.0.0 Impostos sobre a propriedade (IPTU/IPVA)

8.8.0.0 Simples Nacional

8.9.0.0 Demais impostos, taxas e contribuições

Bloco 9 – Código de variável 9.0.0.0 - Aquisições e baixas de ativos tangíveis e intangíveis

Objetivos:

- ✓ Permitir compor a variável “Aquisições líquidas de ativos” por atividade econômica.
- ✓ Subsidiar o Sistema de Contas Nacionais na construção da formação bruta de capital fixo (FBCF).

Obs.: Este bloco de informações será respondido de acordo com o regime de tributação da empresa.

Variáveis

9.0.0.0 Aquisições e Baixas de Ativos

9.1.0.0 Ativo Imobilizado

9.1.1.0 Terrenos não edificadas

9.1.2.0 Edificações existentes; construção e reformas

9.1.3.0 Máquinas e equipamentos industriais

9.1.4.0 Veículos automotores e outros equipamentos de transporte

9.1.5.0 Computadores e outros equipamentos de Informática

9.1.6.0 Equipamentos de telecomunicações

9.1.7.0 Móveis e instalações comerciais

9.1.9.0 Outras aquisições/baixas de ativo imobilizado

9.1.0.0 Total do Imobilizado

9.2.0.0 Ativos intangíveis

9.2.1.0 Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento

9.2.2.0 Software próprio e direitos de uso de software de terceiros

9.2.4.0 Outros bens intangíveis

Anexo 3

Experiências internacionais - modelos de estatísticas econômicas estruturais do EUROSTAT e países selecionados

Além de considerar as recomendações do manual sobre estatísticas econômicas integradas, que foi publicado pela ONU em 2013, para agregar outros elementos à definição do modelo que o IBGE propõe para a reformulação das estatísticas econômicas estruturais, foram analisados os modelos da União Europeia e estudadas experiências dos INE de países selecionados: Austrália, Canadá, Espanha, Nova Zelândia, e Reino Unido. A escolha desses países levou em consideração dois principais aspectos: identificar como países da União Europeia estão se organizando para atender a um modelo comum (segundo estabelecido no Regulamento, os países tinham até 2011 para atender às regras estipuladas); e conhecer os modelos dos países com sistemas nacionais de estatísticas considerados desenvolvidos.

A definição sobre quais países da União Europeia seriam estudados foi pautada por questões que levaram à escolha do Reino Unido e da Espanha. O Reino Unido reformulou seu sistema de estatísticas, que passou a ser centralizado, sendo considerado um sistema desenvolvido. A Espanha foi o modelo para a reformulação das estatísticas econômicas do IBGE na década de 1990. Existem experiências interessantes em países cujos idiomas são diferentes do inglês ou espanhol. As limitações em relação aos idiomas também contribuíram para a seleção dos dois países.

EUROSTAT

A União Europeia publicou em 2008 o Regulamento Europeu 295, que estabelece o Modelo da União Europeia para as estatísticas econômicas integradas. Por este modelo, estabeleceu-se que os países devem produzir e informar ao EUROSTAT, Escritório de Estatísticas da União Europeia, anualmente, um conjunto de variáveis, que constituem as principais variáveis econômicas necessárias para a construção dos sistemas de contas nacionais, para todas as atividades econômicas; e, anualmente ou bianualmente, variáveis primárias e derivadas específicas para determinadas atividades econômicas.

Estipular variáveis específicas de acordo com a atividade econômica significa reconhecer as particularidades inerentes a essas atividades e que devem ser objeto de investigação e análise cuidadosa. Por exemplo, as variáveis que compõem o consumo intermediário tendem a ser muito distintas, variando de acordo com a atividade econômica a que se refiram, porque estão referenciadas aos elementos de custos e despesas de determinada função de produção.

Este modelo também prevê que serão informadas, com periodicidade anual ou bienal, variáveis relacionadas a regiões particulares. E que serão realizadas pesquisas *ad hoc*, elaboradas para investigar temas específicos e realizadas de acordo com a orientação e o cronograma do EUROSTAT.

A importância dos registros administrativos é destacada no modelo na medida em que foi publicado novo “Regulamento da UE” em 2009, obrigando a todos os órgãos gestores de registros administrativos a disponibilizá-los aos Institutos Nacionais de Estatísticas.

Austrália

O modelo de produção de estatísticas econômicas adotado pelo *Australian Bureau of Statistics* (ABS) foi o primeiro a ser utilizado como referência para o projeto de integração das pesquisas econômicas do IBGE. Isso porque o país tinha passado por reformulação recente do sistema de estatísticas atendendo às recomendações internacionais de adoção de modelo de organização por processo. O modelo para a produção de estatísticas econômicas é de integração de questionários, havendo um único questionário para todas as atividades econômicas.

O instituto de estatística australiano tem acesso a diversos registros administrativos, que compõem dados básicos das estatísticas econômicas. E é um sistema descentralizado, isto é, há produtores de estatísticas em outras esferas de governo realizando coleta de informações econômicas, que também servem de estatísticas primárias, compondo as estatísticas econômicas que são produzidas pelo ABS.

Canadá

O sistema nacional de estatísticas do Canadá é centralizado e tem como instituto nacional de estatística (INE) o *Statistics Canada* (*StatCan*). O modelo canadense de produção das estatísticas econômicas adotado pelo StatCan também é integrado, mas há uma diferença fundamental em relação ao modelo australiano.

Há um questionário básico para todas as atividades econômicas, mas há a ‘customização’ dos questionários para as atividades econômicas mais importantes na economia, adequando-o à ‘linguagem do informante’. Nessa customização, são inseridas variáveis específicas que são importantes para aquela atividade.

Outro aspecto importante do modelo é o acesso irrestrito aos dados de impostos, tanto no nível federal, como em outros níveis de governo. Esse acesso permite ao StatCan reduzir a carga aos informantes (as empresas precisam responder uma única vez aos governos) e racionalizar o uso dos recursos públicos.

Este modelo permite também melhorar a qualidade das estatísticas, já que possibilita definir a unidade de investigação estatística de acordo com o porte e a importância econômica da empresa. O StatCan realiza o *profiling* junto às empresas de maior porte, isto é, equipes do INE, juntamente com equipes das maiores empresas, definem qual deve ser a unidade de investigação estatística que permitirá levantar dados sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas pelas empresas (não apenas a atividade principal, mas também as atividades secundárias, que são importantes para o sistema de contas nacionais) e dar informações com recorte regional adequado ao sistema de contas nacionais.

Espanha

A Espanha tem um sistema nacional de estatística centralizado, tendo como órgão central o INE da Espanha. Esse instituto elaborou uma proposta de questionário único para todas as atividades econômicas para ser implementado de forma a adequar o seu modelo de produção de estatísticas econômicas estruturais (?) àquele preconizado pelo EUROSTAT, mas ainda não havia sido implementado em 2012, quando o modelo foi estudado. Uma das dificuldades de implantação era o fato de ainda não ter sido dado acesso aos registros administrativos, uma vez que o regulamento de 2009 da UE ainda se encontrava no prazo de adequação.

Continuava até 2012, portanto, adotando dois questionários – um para indústria e outro para serviços, cada um deles subdividido em modelo completo (estrato certo) e simplificado (estrato amostrado).²⁶

Nova Zelândia

O INE da Nova Zelândia - *Statistics New Zealand*, também circunscrito a um modelo centralizado de sistema nacional de estatística, adota como modelo para as estatísticas econômicas um questionário básico para atividades econômicas.

Da mesma forma que o Canadá, no entanto, os questionários são parametrizados de acordo com a atividade econômica, conforme a importância da mesma, permitindo adequar o questionário à linguagem do informante.

O *Statistics New Zealand* também tem acesso aos registros administrativos, o que permite racionalizar a realização e conteúdo temático das pesquisas econômicas, reduzindo a carga de coleta aos informantes. Para as empresas de maior porte se realiza o *profiling* para definição da unidade de investigação estatística, segundo as necessidades de

²⁶ O estudo do modelo espanhol permitiu observar uma mudança importante introduzida no sistema de estatísticas econômicas da Espanha nos últimos anos, que foi a revisão do corte do estrato certo para as pesquisas econômicas de indústria e serviços.

identificação das atividades econômicas, quer a principal ou as secundárias, e de acordo com as necessidades de regionalização de informações para as Contas Nacionais.

Reino Unido

O instituto de estatística do Reino Unido – *Office for National Statistics* (ONS) – passou por uma reformulação em 1996, sendo formado pela unificação de três outras instituições que compunham o quadro dos principais produtores de estatísticas oficiais do Reino Unido²⁷. Esta unificação resultou em um sistema nacional de estatísticas centralizado.

O modelo de estatísticas econômicas adotado pelo ONS está baseado na *Annual Business Survey*, que é uma pesquisa anual por empresas estruturada em dois questionários básicos, um para indústria e outro para serviços, sendo que para cada um destes há uma versão curta e uma versão longa. O critério para definir se a empresa responderá ao questionário curto ou longo leva em consideração o porte da empresa, tanto em termos de pessoal ocupado quanto em termos de receita.

Mesmo já tendo essas diferenciações, o modelo do Reino Unido ainda trabalha com a ‘customização’ por atividades econômicas (51 questionários diferentes), para aquelas que têm maior importância, definindo os questionários na linguagem do informante.

²⁷ *Central Statistical Office, Office of Population Censuses and Surveys e o Employment Department Statistics.*

Anexo 4

Acessos a Registros Administrativos – experiências internacionais

A importância crescente dos Registros de Empresas (no IBGE, Cadastro Central de Empresas-CEMPRE) e dos Bancos de Dados Integrados está em conformidade com as orientações internacionais para utilização de registros administrativos em substituição ou complementação de pesquisas econômicas de forma a compor as estatísticas básicas.

Além das recomendações internacionais, o CGEE considerou experiências internacionais²⁸ na utilização dos registros administrativos para desenhar a estratégia que está sendo proposta para o IBGE.

Foi possível identificar que a maioria dos INE, se não todos, faz algum uso de registros administrativos. Alguns países fazem uso contínuo e extensivo de dados de diversas naturezas, tanto aqueles econômicos, como sociais, como é o caso da Finlândia, onde 96% dos resultados estatísticos produzidos pelo INE vêm de fontes administrativas.

O grau de utilização e as finalidades de uso para fins estatísticos variam entre os países. Países nórdicos (Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca) e a Holanda foram os pioneiros no uso estatístico dos registros administrativos e têm uma longa história na utilização intensa dos dados oriundos de cumprimento de obrigações administrativas sobre seus cidadãos e empresas. O modelo francês, por sua vez, é altamente centralizado, onde o INE é o gestor direto do cadastro de empresas “híbrido” - que serve tanto a fins administrativos como estatísticos -, bem como de uma vasta gama de fontes usadas para sua atualização, colocando sob seu controle boa parte do processo de geração de dados administrativos.

Alguns países da Europa, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia também usam registros administrativos em diferentes níveis, e suas experiências são consideradas como casos de sucesso da integração entre os INE e as fontes administrativas, em particular com relação ao uso extensivo de registros de tributação para a produção das estatísticas econômicas que alimentam o sistema de contas nacionais.

Dentre algumas iniciativas recentes na Europa com o objetivo de aproximar o INE das fontes administrativas, cabe citar:

- Na Irlanda, o INE, em cooperação com as autoridades fiscais, deu início a um vasto programa de estudos de viabilidade que visam avaliar o potencial estatístico dos registros administrativos;

²⁸ Este anexo foi extraído do documento, preparado em maio de 2014, *Proposição de Projeto sobre “Uso de Registros Administrativos para Fins Estatísticos”*, de autoria de Maria Luiza Zacharias da Coordenação de Métodos e Qualidade (COMEQ). Trechos do conteúdo do anexo foram também inseridos na sessão sobre o SEEI no Brasil.

- Na Itália, um decreto recente (2010) atribui ao INE a tarefa de "definir métodos e formulários a serem utilizados por órgãos públicos para o uso / troca de informações estatísticas e coordenar possíveis modificações nos formulários e nos sistemas de informação utilizados pelos órgãos públicos para coletar informações relevantes para fins estatísticos";

- Em Portugal, a implementação do sistema IES (Informação Empresarial Simplificada), por meio de cooperação entre o INE e os principais gestores de dados administrativos para as empresas, levou à substituição completa das pesquisas econômicas anuais por fontes administrativas;

- Seguindo a experiência de Portugal, o INE da Bulgária e a Receita Federal assinaram um acordo bilateral para a implementação do projeto Ponto de Entrada Único para declaração de informações fiscais e estatísticas pelas empresas. O principal objetivo do projeto é evitar a cobrança da mesma informação por ambas instituições e, dessa forma, reduzir a carga de preenchimento de dados imposta aos informantes.

Os principais organismos internacionais que regulam e normatizam a produção de estatísticas pelos institutos oficiais, como o EUROSTAT e a DENU, por exemplo, encorajam a utilização intensiva de registros administrativos para fins estatísticos, fomentando o debate institucional e a discussão de métodos e protocolos para sua implementação por meio de diversos congressos e encontros internacionais, desde 1997. Destaca-se, novamente, a publicação, em 2013, do manual *Guidelines on Integrated Economic Statistics* pela DENU, que propõe olhar integrado e harmonizado sobre a produção de informações econômicas, sendo o uso de registros administrativos um dos fundamentos dessa construção.

As razões para o crescente interesse no tema, com a maciça participação dos representantes de INE de diversos países nesses encontros, podem ser assim resumidas:

- Os INE buscam atender a demandas mais precisas e detalhadas por estatísticas, ao mesmo tempo em que são pressionados para reduzir seus custos de coleta e a excessiva solicitação de informações, preenchimento de formulários, e outros, por órgãos de Estado, aos informantes, principalmente, às empresas;

- A participação cada vez maior de micro, pequenas e médias empresas, mais numerosas e com estruturas menos complexas que as grandes empresas, favorece a utilização direta de informações obtidas a partir dos registros administrativos, especialmente os tributários;

- Os avanços recentes da tecnologia de informação têm facilitado sobremaneira o processamento de grandes arquivos de dados, típicos dos registros administrativos, criando novas possibilidades de interligação entre diferentes bases de dados estatísticos e administrativos.

O princípio 5 – Eficiência - do documento “Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais”, difundido pelas Nações Unidas e seguido pelo IBGE, reconhece o potencial uso dos dados administrativos, recomendando sua utilização na produção de estatísticas:

“Dados para fins estatísticos podem ser extraídos de todos os tipos de fontes, sejam pesquisas estatísticas ou registros administrativos. Institutos de estatística devem escolher a fonte levando em consideração qualidade, oportunidade, custos e a carga de resposta sobre os informantes”.

Na mesma esteira, o Código de Boas Práticas das Estatísticas Europeias, no qual se baseia o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, recém-publicado, estabelece que:

- O INE deve ter mandado legal e claro para coletar e obter informação para fins estatísticos;
- Deve-se evitar sobrecarga de resposta ao informante;
- Fontes administrativas devem ser usadas sempre que possível para evitar duplicação de pedidos por informação.

Em 2009, os países europeus deram um passo importante na institucionalização do uso dos registros administrativos para fins estatísticos, por meio da criação de um arcabouço legal para a produção das estatísticas europeias, “The Statistical Law” (EC 223/2009), aprovado pelo Parlamento Europeu, que teve por objetivo fornecer uma referência sólida para o desenvolvimento do Sistema Estatístico Europeu, em particular para aumentar a sua eficiência e qualidade, tornando mais flexíveis as formas de produzir estatísticas. O Artigo 24 trata especificamente do acesso a registros administrativos, estabelecendo que:

“Com o objetivo de reduzir a carga sobre os informantes, os INEs e a Comissão (EUROSTAT) devem ter acesso a fontes de dados administrativos, no âmbito de seus respectivos sistemas administrativos públicos, na medida em que estes dados sejam necessários para o desenvolvimento, produção e divulgação de estatísticas europeias. As questões práticas e as condições para a obtenção do acesso efetivo devem ser determinadas, se necessário, por cada Estado-Membro e pela Comissão, dentro de suas respectivas esferas de competência.” (tradução livre)

A lista de países que fazem uso intensivo de registros administrativos na produção estatística é enorme. Para ilustrar, citam-se dois países cujas experiências merecem destaque: o Canadá, pela sua parceria exitosa com os registros da área tributária, e

Portugal, pela sua experiência recente de racionalização da prestação de informações obrigatórias das empresas em um único ponto de entrada, via web, uma única vez no ano.

CANADÁ

O Statistics Canada (STC), um dos mais renomados INEs do mundo, tem uma longa história de uso dos dados administrativos na produção de estatísticas. Faz parte de seus objetivos estratégicos o uso de registros administrativos sempre que eles se apresentarem como uma alternativa de baixo custo para a coleta de dados direta.

Uma fonte em particular que tem grande impacto na produção de estatísticas do STC é o *Canada Revenue Agency* – CRA (equivalente à Receita Federal do Brasil) - a partir da qual são obtidas informações regulares dos sistemas de imposto de renda (tanto para os indivíduos como para empresas), de impostos sobre o consumo e de informações relacionadas a pagamento de salários. Além disso, o Cadastro de Empresas do STC, que tem por objetivo a produção e análise de estatísticas econômicas no país, foi significativamente aperfeiçoado ao longo do tempo por meio de expansão do uso dos dados administrativos, tendo melhorado bastante a qualidade dessas informações.

O Canadá é um exemplo clássico de uma experiência bem sucedida no uso dos registros administrativos, principalmente na produção das estatísticas econômicas. Para reduzir a carga de preenchimento de formulários e melhorar a qualidade das estatísticas econômicas, as informações fiscais são amplamente utilizadas em substituição à coleta de dados direta, especialmente para as pequenas e médias empresas. Tais empresas são em grande número, porém são responsáveis por uma proporção relativamente pequena da produção total. Por outro lado, uma parcela grande de necessidades de informação relacionadas a grandes empresas não está disponível a partir de registros administrativos. A abordagem adotada no STC é coletar dados diretamente apenas de grandes empresas e usar dados administrativos para as pequenas empresas.

Nenhum dos trabalhos que atualmente são feitos no STC com informações fiscais seria possível sem a estreita cooperação existente entre o INE e a CRA. Atualmente, os dois órgãos trabalham em perfeita harmonia, reunindo-se periodicamente para discutir questões gerais que afetam a parceria. Em certos casos, quando a CRA planeja fazer alterações em seus sistemas, o STC é convidado a acompanhar as mudanças e contribuir com sugestões. Quando os formulários usados pelo CRA são reformulados, são feitos esforços para incluir pedidos de informação feitos pelo STC. Isso é feito em reconhecimento do fato de que, como parte do Governo do Canadá, todos os órgãos, departamentos e agências têm a obrigação de trabalhar juntos para garantir que os recursos públicos sejam utilizados da forma mais eficiente para o benefício de todos os canadenses.

PORTUGAL

Desde 2006, as estatísticas anuais sobre empresas em Portugal, que eram anteriormente produzidas com base em pesquisas do INE, são exclusivamente produzidas a partir de dados administrativos, por meio de um sistema chamado Informação Empresarial Simplificada (IES). Esse Sistema resulta da união de esforços de quatro instituições públicas e tornou possível coletar informações administrativas e estatísticas de forma simplificada e integrada. A IES consiste na prestação de informação de natureza contábil, fiscal e estatística pelas empresas, através de uma declaração única transmitida eletronicamente, em uma única ocasião, para cumprimento simultâneo de suas obrigações legais.

Antes as empresas estavam obrigadas a prestar a mesma informação sobre as suas contas anuais a diversas entidades públicas, através de meios diferentes, quais sejam:

- Depósito das contas anuais e correspondente registro, em papel, junto aos órgãos do registro comercial;
- Entrega da declaração anual de informação contábil e fiscal ao Ministério das Finanças (Direção Geral dos Impostos, atual Autoridade Tributária e Aduaneira - AT);
- Entrega de informação anual de natureza contábil ao INE para fins estatísticos;
- Entrega de informação relativa a dados contábeis anuais para fins estatísticos ao Banco de Portugal.

O cumprimento de cada uma dessas obrigações implicava a necessidade de as empresas transmitirem informações substancialmente idênticas sobre as suas contas anuais às quatro entidades diferentes e através de quatro meios diferentes. Com a criação do IES, tais informações são fornecidas em um único momento eletronicamente ao Ministério das Finanças, num ponto de acesso único.

As vantagens proporcionadas pelo sistema são:

- A vida das empresas fica mais simples: passam a cumprir quatro obrigações com o envio de um formulário único; evitam-se deslocamentos e elimina-se a entrega de documentos em papel;
- Reduzem-se custos para as empresas: com a IES, o registro da prestação de contas é mais barato. As empresas poupam na produção de documentos em formatos diferentes para as quatro entidades públicas;
- A economia portuguesa fica mais competitiva e transparente: passa a existir mais informação sobre o mercado português. A informação passa a ser mais atual, porque é disponibilizada mais rapidamente;
- Dispõe-se de informação estatística sobre a universalidade das empresas, gerando uma visão mais fidedigna e completa da evolução da economia nacional.

Informações gerais sobre o IES, como a legislação, as vantagens, as perguntas frequentes, etc., podem ser consultadas em http://www.ies.gov.pt/site_IES/site/home.htm.

A importância crescente do uso dos registros administrativos para fins estatísticos, e a mobilização da comunidade internacional na construção de recomendações nesse sentido, além das diversas experiências exitosas, têm sido consideradas no projeto de reformulação das estatísticas econômicas no sentido da conformação de um Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas. A utilização crescente de registros administrativos é parte do modelo de reformulação proposto pelo IBGE e, para tanto, a Presidência do IBGE está submetendo à consideração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Assessoria Especial para Modernização da Gestão, Proposição de Projeto sobre “Uso de Registros Administrativos para Fins Estatísticos” que pretende viabilizar o acesso aos registros administrativos no âmbito do governo federal.

Textos para Discussão já publicados

Antiga série

- 📖 Pesquisas Contínuas da Indústria - Vol. 1, nº 1, janeiro 1988
- 📖 Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia - Vol. I, nº 2, 1988
- 📖 Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI - Vol. I, nº 3, março 1988
- 📖 O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão - Vol. I, nº 4, abril 1988
- 📖 Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020 - Vol. I, nº 5, maio 1988
- 📖 Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação - Vol. 1, nº 6, agosto 1988
- 📖 A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80 - Vol. I, nº 7, setembro 1988
- 📖 Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas - Vol. I, **número especial**, outubro 1988
- 📖 Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária - Vol. I, nº 9, setembro 1988
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
- 📖 Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo - nº 11, janeiro 1989
- 📖 De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino - nº 12, fevereiro 1989
- 📖 Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados - nº 13, fevereiro 1989
- 📖 Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980 - nº 14, maio 1989
- 📖 As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs - nº 15, maio 1989
- 📖 As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 16, junho 1989
- 📖 Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - nº 17, agosto 1989
- 📖 Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - nº 18, agosto 1989
- 📖 Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - nº 19, setembro 1989
- 📖 Uma Análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - nº 20, outubro 1989
- 📖 Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso Brasileiro - nº 21, novembro 1989
- 📖 Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados - nº 22, novembro 1989
- 📖 O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 23, dezembro 1989
- 📖 Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais - nº 24, dezembro 1989
- 📖 Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas - nº 25, janeiro 1990
- 📖 Ensaio sobre a Produção de Estatística - nº 26, janeiro 1990
- 📖 O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - nº 27, fevereiro 1990
- 📖 Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados - nº 28, fevereiro 1990
- 📖 Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - nº 29, março 1990

- 📖 Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - **nº 30**, abril 1990
- 📖 Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 - **nº 31**, maio 1990
- 📖 Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - **nº 32**, maio 1990
- 📖 A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - **nº 33**, junho 1990
- 📖 Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - **nº 34**, julho 1990
- 📖 A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - **nº 35**, agosto 1990
- 📖 Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - **nº 36**, setembro 1990
- 📖 Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - **nº 37**, outubro 1990
- 📖 A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - **nº 38**, novembro 1990
- 📖 Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - **nº 39**, dezembro 1990
- 📖 A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - **nº 40**, janeiro 1991
- 📖 A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - **nº 41**, fevereiro 1991
- 📖 Ensaio sobre Estatísticas do Setor Produtivo - **nº 42**, março 1991
- 📖 A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - **nº 43**, março 1991
- 📖 Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980 - **nº 44**, abril 1991
- 📖 Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970-1980 - **nº 45**, abril 1991
- 📖 A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições - **nº 46**, maio 1991
- 📖 A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais - **nº 47**, maio 1991
- 📖 Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras - **nº 48**, junho 1991
- 📖 Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro - **nº 49**, junho 1991
- 📖 As Estatísticas e o Meio Ambiente - **nº 50**, julho 1991
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes: 1981-85 Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto - **nº 51**, julho 1991 (2 Volumes: Volume 1 - Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- 📖 O Censo Industrial de 1985 - Balanço da Experiência - **nº 52**, agosto 1991
- 📖 Análise da Inflação Medida Pelo INPC 1989 - **nº 53**, agosto 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Questão Amostral: Módulo II do Anteprojeto - **nº 54**, setembro 1991
- 📖 A Força de Trabalho e os Setores de Atividade - Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990 - **nº 55**, outubro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: Apuração das Informações: Módulo III do Anteprojeto - **nº 56**, novembro 1991
- 📖 Novos Usos para Pesquisa Industrial Mensal: A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária - **nº 57**, novembro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Disseminação das Informações Módulo IV do Anteprojeto - **nº 58**, dezembro 1991
- 📖 Estatísticas Agropecuárias: Sugestões para o Novo Plano Geral de Informações - **nº 59**, dezembro 1991
- 📖 Análise Conjuntural e Pesquisa Industrial - **nº 60**, janeiro 1992
- 📖 Exploração dos Dados da Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais - **nº 61**, fevereiro 1992

- 📖 Uma Proposta de Metodologia para a Expansão da Amostra do Censo Demográfico de 1991 - **nº 62**, outubro 1993
- 📖 Expansão da Fronteira e Progresso Técnico no Crescimento Agrícola Recente - **nº 63**, novembro 1993
- 📖 Avaliação das Condições de Habitação com Base nos Dados da PNAD - **nº 64**, setembro 1993
- 📖 Análise da Taxa de Desemprego Feminino no Brasil – **nº 65**, dezembro 1993
- 📖 Aspectos da Metropolização Brasileira: Comentários sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991- **nº 66**, janeiro 1994
- 📖 Estimativas Preliminares de Fecundidade Considerando os Censos Demográficos, Pesquisas por amostragem e o Registro Civil - **nº 67**, janeiro 1994
- 📖 Apuração de Dados no IBGE: Problemas e Perspectivas - **nº 68**, fevereiro 1994
- 📖 Limeira - SP: Estimativas de Fecundidade e Mortalidade 1980/1988 - **nº 69**, março 1994
- 📖 Desemprego - Uma Abordagem Conceitual - **nº 70**, abril 1994
- 📖 Apuração dos Dados Investigados no Questionário Básico (CD 1.01) do Censo Demográfico de 1991 - **nº 71**, outubro de 1994
- 📖 Deslocamento Populacional e Segregação Sócio-Espacial – Migrantes Originários do Rio de Janeiro - **nº 72**, novembro de 1994
- 📖 Projeção Preliminar da População do Brasil para o Período 1980-2020 - **nº 73**, dezembro de 1994
- 📖 Considerações Preliminares Sobre a Migração Internacional no Brasil - **nº 74**, janeiro de 1995
- 📖 Estatísticas Agropecuárias Censitárias no Âmbito do Mercosul - Brasil, Argentina e Uruguai - **nº 75**, julho de 1995
- 📖 Projeções Preliminares das Populações das Grandes Regiões para o Período 1991-2010 - **nº 76**, agosto de 1995
- 📖 Dinâmica da Estrutura Familiar no Sudeste Metropolitano, Chefia Feminina e Indicadores Sócio-Demográficos: Um exercício exploratório utilizando modelo da regressão múltipla - **nº 77**, setembro de 1995
- 📖 O Uso das Matrizes de Insumo-Produto e Matrizes de Inovação para Medir Mudanças Técnicas - **nº 78**, outubro de 1995
- 📖 Estimativas dos Fatores de Correção para o Registro de Nascimentos Utilizando Registros tardios a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas 1974/1994 - **nº 79**, abril de 1996
- 📖 Aspectos de Amostragem Relativos ao Censo Cadastro de 1995 - **nº 80**, junho de 1996
- 📖 Tendências Populacionais no Brasil e Pressão Sobre o Mercado de Trabalho Futuro - **nº 81**, setembro de 1996
- 📖 Transformações Estruturais e Sistemas Estatísticos Nacionais - **nº 82**, setembro de 1996
- 📖 Metodologias para o Cálculo de Coeficientes Técnicos Diretos em um Modelo de Insumo-Produto - **nº 83**, outubro de 1996
- 📖 Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico de 1991 - **nº 84**, outubro de 1996
- 📖 Componentes da Dinâmica Demográfica Brasileira: Textos Selecionados - **nº 85**, novembro de 1996
- 📖 Apuração dos Dados Investigados pelo Questionário da Amostra - CD 1.02 do Censo Demográfico de 1991 - **nº 86**, dezembro de 1996
- 📖 Estudo Preliminar da Evolução dos Nascimentos, Casamentos e Óbitos 1974-1990 - **nº 87**, janeiro de 1997
- 📖 Sistema de Contas Nacionais - Tabelas de Recursos e Usos - Metodologia - **nº 88**, dezembro de 1997

- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Economia Informal Urbana 97 - nº 89, junho de 1998
- 📖 Comparações da Renda Investigada nos Questionários do Censo Demográfico de 1991 - nº 90, julho de 1998
- 📖 Uma Revisão dos Principais Aspectos dos Planos Amostrais das Pesquisas Domiciliares Realizadas pelo IBGE - nº 91, setembro de 1998
- 📖 Planejamento Amostral para as Pesquisas Anuais da Indústria e do Comércio - nº 92, outubro de 1998
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996 - nº 93, dezembro de 1998
- 📖 Reflexões sobre um Programa de Estatísticas Ambientais - nº 94, abril de 1999
- 📖 O Comportamento das Importações e Exportações Brasileiras com Base no Sistema de Contas Nacionais 1980 - 1997 (versão preliminar) - nº 95, maio de 1999
- 📖 Meio Ambiente: sua integração nos sistemas de informações estatísticas - nº 96, maio de 1999
- 📖 Conta da Terra: considerações sobre sua realização no Brasil - nº 97, dezembro de 1999

📖 **Textos para discussão - nova série**

- 📖 **Número 1** - Sistema integrado de contas econômico-ambientais - SICEA: síntese e reflexões / Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 2000.
- 📖 **Número 2** - Aspectos da produção de informação estatística oficial no contexto da sociedade atual: algumas questões teórico-metodológicas / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2000
- 📖 **Número 3** - A Cor denominada: um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho/98 / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000.
- 📖 **Número 4** - Indicadores para a agropecuária - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Agropecuária, 2001.
- 📖 **Número 5** - Estudos para definição da amostra da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário / Ana Maria Lima de Farias. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Indústria, 2001.
- 📖 **Número 6** - A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002..
- 📖 **Número 7** - Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000 / Sonia Oliveira, Ana Lucia Sabóia, Bárbara Cobo - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- 📖 **Número 8** - Principais Aspectos de Amostragem das Pesquisas Domiciliares do IBGE - revisão 2002 / Zélia Magalhães Bianchini e Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 9** - Censo Demográfico 2000 - Resultados da Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta / Luís Carlos de Souza Oliveira, Marcos Paulo Soares de Freitas, Márcia Regina Martins Lima Dias, Cláudia Maria Ferreira Nascimento, Edie da Silva Mattos e João José Amado Ramalho Júnior - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2003.
- 📖 **Número 10** - Sistema de informação estatística e a sociedade da informação / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 11** - Indicadores para a agropecuária - 1996 a 2001 / Julio César Perruso, Marcelo de Moraes, Duriez, Roberto Augusto Soares P. Duarte e Carlos Alfredo Barreto Guedes - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária, 2003.

- 📖 **Número 12** - A Unidade de Metodologia e a Evolução do Uso de Amostragem no IBGE, 2003 / Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2003.
- 📖 **Número 13** - Estimando a Precisão das Estimativas das Taxas de Mortalidade Obtidas a Partir da PNAD / Pedro Luis do Nascimento Silva e Djalma Galvão Carneiro Pessoa. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004.
- 📖 **Número 14** - A Qualidade na Produção de Estatísticas no IBGE / Zélia Magalhães Bianchini. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2004
- 📖 **Número 15** - Calibration Estimation: When and Why, How Much and How / Pedro Luis do Nascimento Silva. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 16** - Um panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002 / Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 17** – Processamento das Áreas de Expansão e Disseminação da Amostra no Censo Demográfico 2000 / Ari Nascimento Silva, Luiz Alberto Matzenbacher e Bruno Freitas Cortez. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 18** – Fatores de correção para o registro de nascimentos utilizando registros tardios segundo os grupos de idades das mulheres - Brasil e Unidades da Federação - 1984-2001 / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque e Selma Regina dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 19** – O processo de Imputação dos quesitos de migração no Censo Demográfico 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque, Janaína Reis Xavier Senna e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 20** – Tábuas de Mortalidade por sexo e grupos de idade - Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980, 1991 e 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque e Janaína Reis Xavier Senna - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005
- 📖 **Número 21** – Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2001 e 2005/ Cristiane Soares e Ana Lucia Saboia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 22** – Estimação de Intervalos de Confiança para Estimadores de Diferenças Temporais na Pesquisa Mensal de Emprego / Mauricio Franca Lila e Marcos Paulo soares de Freitas - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento e Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 23** – Amostra Mestra para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Marcos Paulo Soares de Freitas, Maurício Franca Lila, Rosemary Vallejo de Azevedo e Giuseppe de Abreu Antonaci - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 24** – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD / Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 25** – Pesquisas Agropecuárias por Amostragem Probabilística no IBGE: Histórico e Perspectivas Futuras / Coordenação de Agropecuária - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 26** – Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro: Reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 / Antonio de Ponte Jardim e Leila Ervatti - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 27** – Características da fecundidade e da mortalidade segundo a condição migratória das mulheres, com base no quesito de "data fixa" / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque,

Isabel Cristina Maria da Costa e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007

- 📖 **Número 28** – Utilização de Modelos para Estimar a Mortalidade Brasileira nas Idades Avançadas / Jorcely Victório Franco, Juarez de Castro Oliveira e Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 29** – Influência da mortalidade nos níveis de fecundidade da população brasileira e o intervalo médio entre duas gerações sucessivas - 1980, 1991, 2000 e 2005/ Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque e Maria Lúcia Pereira do Nascimento - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 30** - Família nas pesquisas domiciliares: questões e propostas alternativas / Rosa Ribeiro, Ana Lúcia Sabóia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 31** – Setor e Emprego Informal no Brasil - Análise dos resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais / João Hallak Neto, Katia Namir, Luciene Kozovitz, Sandra Rosa Pereira - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2008
- 📖 **Número 32** - Diferenciais de idade entre os casais nas famílias brasileiras / Cristiane Soares. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 33** – Estudos de modalidades alternativas de censos demográficos: aspectos de amostragem / IBGE, Diretoria de Pesquisas, Grupo de Trabalho de Amostragem, Estimção e Acumulação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009.
- 📖 **Número 34** – O Acompanhamento Estatístico da Fabricação de Medicamentos na Indústria Farmacêutica Brasileira/ Marcus José de Oliveira Campos e Luiz Antônio Casemiro dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2009.
- 📖 **Número 35** – Áreas mínimas de Comparação / Weuber da Silva Carvalho, Gilson Flaeschen. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 36** – Contabilizando a Sustentabilidade: principais abordagens / Frederico Barcellos, Paulo Gonzaga M. de Carvalho e Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 37** – Indicadores sobre Trabalho Decente: Uma contribuição para o debate da desigualdade de gênero / Cíntia Simões Agostinho e Ana Lucia Saboia. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.
- 📖 **Número 38** – Reflexões sobre pesquisas longitudinais: uma contribuição à implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Leonardo Athias. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.
- 📖 **Número 39** – Desafios e possibilidades sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo / Ana Lucia Saboia, Bárbara Cobo e Gilson Gonçalves Matos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 40** – Metodologia Estatística da Pesca: Pesca embarcada / Aristides Pereira Lima Green e Guilherme Guimarães Moreira. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária e Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 41** – Pareamento Automático na Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico / Djalma Galvão Carneiro Pessoa, Fábio Figueiredo Farias e Vinícius Layter Xavier. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 42** – Seminários IBGE – 15 anos disseminando conhecimento / Sonia Albieri. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.

- 📖 **Número 43** – Estimadores de Diferenças Temporais e suas Variâncias: Uma Abordagem Aplicada ao Estudo de Indicadores Sociais a partir dos Dados da PNAD/ Gilson Gonçalves de Matos, Ana Lucia Saboia, Leonardo Athias. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 44** – Disponibilização de Acesso a Microdados em Institutos Nacionais de Estatísticas: Experiência de países selecionados e Eurostat/ Priscila Koeller, Fernanda Vilhena e Maria Luiza Barcellos Zacharias. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Coordenação de Indústria e Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 45** – Capacidade Funcional dos Idosos: Uma análise dos suplementos Saúde da PNAD com a teoria da resposta ao item/ Kaizô Iwakami Beltrão, Moema De Poli Teixeira, Maria Isabel Coelho Alves Parahyba e Philip Fletcher. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 46** – Recomendações internacionais sobre estatísticas sociais e como importantes institutos de estatísticas divulgam seus temas, com destaque para a área social/ Ana Lucia Sabóia, Leonardo Athias. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 47** – Uma contribuição para a produção de indicadores educacionais no IBGE: Panorama nacional e experiências internacionais/ Betina Fresneda, Ana Lucia Sabóia. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 48** – Regionalização e Alto Crescimento: uma análise sobre o crescimento de empresas nas Regiões Metropolitanas brasileiras/ Cristiano Santos...[et al.]. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 49** – Indicadores de pobreza nos municípios de Minas Gerais: comparação de métodos de estimação em pequenas áreas/ Débora F. Souza [et al.]. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2014.
- 📖 **Número 50** – Sistema integrado de pesquisas domiciliares: amostra mestra 2010 e amostra da PNAD contínua / Marcos Paulo Soares de Freitas, Giuseppe de Abreu Antonaci. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2014.
- 📖 **Número 51** – O Sistema de Contas Nacionais evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil / João Hallak Neto. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, Diretoria de Pesquisas, 2014.
- 📖 **Número 52** – Conjunto mínimo de indicadores padrão de qualidade a ser aplicado no Mercosul / Coordenação de Métodos e Qualidade . – Rio de Janeiro : IBGE, 2014
- 📖 **Número 53** – Codificar para contar – Um retrospecto das classificações econômicas usadas para fins estatísticos / Marcus José de Oliveira Campos. – Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2014.